



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 20

Sessão Ordinária Novembro/Dezembro

2.º Reunião em 16/11/2018

Aos dezasseis dias do mês de Novembro do ano dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e pelo Vogal Francisco José da Silva Ferreira, na qualidade de Segundo Secretário da Mesa, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Frederico Guilherme Vasconcelos Dias Ferreira Teixeira, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Mário Júlio Maia Mostardinha, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Antero Marques dos Santos, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marília Fernanda Correia Martins, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Rita Alexandra Monteiro Batista, David Filipe Ramos Silva, e Marta Elisa dos Santos Dutra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da Sessão faltaram os seguintes deputados, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, e Pedro Machado Pires da Rosa.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Manuel Oliveira de Sousa, João Francisco Carvalho de Sousa, e Joana Fonseca Valente (saiu às 22:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta Sessão, da Segunda Secretária Daniela Marisa Pereira de Magalhães, pelo sucedâneo Frederico Guilherme Vasconcelos Dias Ferreira Teixeira, e dos vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Raúl Ventura Martins, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, Filipe Seça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, David Filipe Ramos Silva, e Marta Elisa dos Santos Dutra.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emília Cristina da Cunha Gonçalves, António Manuel Santos Salavessa, Ana Margarida dos Santos Valente, e Cláudia Maria Pinto Ferreira, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidente de Junta de Freguesia, Firmino Marques Ferreira e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão, respectivamente, por Mário Júlio Maia Mostardinha, e Nuno Frederico Miranda Leite.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, deu continuação aos trabalhos da “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 3 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2019;

Ponto 4 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2019;

Ponto 5 – Derrama 2019;

Ponto 6 – Participação variável no IRS – Ano 2019;

Ponto 7 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2019;

Ponto 8 - Apreciação e votação Propostas de Recomendação à Câmara Municipal apresentadas, pelo PAN:

a) Por uma redução na utilização de plásticos no município de Aveiro;

b) Inteligência emocional - Literacia emocional nas escolas de Aveiro;

Ponto 9 - Apreciação e votação de uma Proposta de Recomendação e uma Moção, apresentado pelo BE:

a) Moção de Condenação por declarações do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro;

b) Proposta de Recomendação - realização de uma campanha contra o assédio sexual.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 3 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2019.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/10/2018, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação dos documentos das GOPs.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

Membros da Assembleia

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

"Boa noite Senhor Presidente, desde já agradece o seu cumprimento. O PAN enviou propostas para este documento que consideramos serem importantes para Aveiro.

Destas destacamos a nossa proposta para o incremento significativo da infraestrutura verde urbana, porque é para evitar execução de corredores ecológicos planeados e desenvolvidos em toda a área urbana do concelho.

Propusemos também a substituição dos herbicidas químicos usados no controlo de infestantes na via pública, por herbicidas naturais ou por técnicas não prejudiciais ao ambiente pessoas e animais. Desincentivando a utilização definitiva do Glifosato.

Ao nível da mobilidade reiteramos a nossa visão de ter uma cidade para as pessoas. Entre as medidas propostas, reforçámos a necessidade de investimento na rede pedonal e ciclável e transportes públicos.

Ao nível da Saúde, entre outras propostas, propusemos a criação da figura do nutricionista municipal.

Apresentamos também outras propostas na área da Educação, Cultura, Turismo, Transparência e Participação Cívica. Onde queremos aqui destacar o Orçamento Participativo prometido, mas que continua sem existir.

Queremos também realçar área animal que mais uma vez continua a ser descuidada pela autarquia aveirense nestas GOPs.

Das poucas medidas referidas pelo executivo nesta área falamos na utilização de uma viatura dedicada em exclusivo à campanha animais de companhia. Continuamos a perguntar para onde levam os animais? Sabendo que a Associação AMA não recebeu nenhum cão proveniente da Câmara Municipal de Aveiro e que a AFECTU apenas recebeu um.

Ou seja, na prática a situação mantém-se inalterada. Os animais continuam a multiplicar-se na rua porque a Câmara Municipal de Aveiro não tem canil obrigatório por lei há muitas décadas. Também não se estão a levar a cabo as esterilizações. A autarquia continua a não cumprir a lei na questão da implementação dos programas CED que prevê a estabilização das colónias de gatos porque é urgente por forma a controlar a curto prazo os nascimentos e a subsequente aumento de população de gatos errantes. Alertando ainda para o facto de que os abandonos não serem a única fonte deste problema uma vez que muitos destes animais já nasceram nas ruas.

Reiteramos também a necessidade de estabelecer uma rede de famílias de acolhimento temporário em conjugação com as juntas de freguesia para permitir que os animais possam ser acolhidos antes de seguirem para uma família definitiva. Reiterámos mais uma vez a necessidade de se criar um regulamento municipal de proteção, saúde, e bem-estar animal. Obviamente, não considerámos que fosse possível ver nem estas nem todas as outras medidas sugeridas por nós, integradas nestas GOPs, mas algumas delas consideramos estruturantes. Nomeadamente a que acabei de referir na área animal.

E verificamos que a autarquia continua sem conceder a relevância que consideramos que esta área deve ter, pelo que se continua a assistir a uma realidade calamitosa no que se refere à área animal pelas ruas do concelho.

Face a isto, o PAN votará contra. Disse."

Presidente da Mesa[008](#)

Vogal David Silva (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [009](#)

"O PCP tomou por boa nota a disponibilidade do executivo para fazer diligências para abolição das portagens, nos ramais em território do concelho aveirense, nas autoestradas A25 e A17.

Contudo é claramente insuficiente e não responde às necessidades da população do concelho de Aveiro e do próprio distrito. A introdução de portagens nestas vias constituiu um rude golpe no tecido económico, com repercussões graves no emprego e na estabilidade das PME, na circulação de bens comerciais, etc. e agravou ainda as já difíceis condições vida de todos os utentes, com maiores encargos sobre os parcos orçamentos familiares.

Veja-se, por exemplo, o calamitoso exemplo da Estrada Nacional 109, que mais se efetiva com uma rua com partes significativas no seu traçado completamente semelhantes a uma artéria urbana, degradada, com cruzamentos, semáforos e passadeiras.

Milhares de pessoas, sobretudo trabalhadores e PME, viram-se forçadas a deixar de utilizar A25, A17 e também A29, por causa das portagens.

Tiveram de enfrentar diariamente o calvário das longas filas de trânsito, de engarrafamentos na N109, como é o vergonhoso exemplo de Cacia, acabando por colocar em risco a vida dos peões e das gentes daquela freguesia, bem como da degradação do próprio edificado residencial e escolar. Como não bastasse este não cenário está previsto o aumento do valor das portagens na ordem de um por cento a partir do próximo ano.

O Partido Comunista Português apresentou várias vezes durante a legislatura de direita e agora a atual do Governo PS, Projetos de Resolução na Assembleia da República, que visavam a abolição das portagens nas antigas Scuts.

Assim apelamos ao Senhor Presidente que desenvolva esforços no plano institucional, mas também junto do seu partido e aliados, na mudança do sentido de voto da sua bancada na Assembleia da República para votar favoravelmente os projetos do PCP sobre a abolição das portagens nestas artérias. Que como todos muito bem sabemos não tem alternativas plausíveis e dignas de circulação e segurança.

Relativamente a outro aspeto, o PCP também toma nota da disponibilidade do executivo em continuar a apoiar (e bem) as Associações de Bombeiros do Concelho.

Não obstante, chamamos a atenção para uma dificuldade muito concreta, que é a manutenção dos Bombeiros Novos em São Jacinto. Situação esta que com a privatização dos transportes fluviais municipais, acarretou num aumento de custos no transporte de pessoal para e de São Jacinto. Solicitamos deste modo ao executivo que possa junto com a respetiva Corporação contribuir para a solução deste problema, uma vez que estamos a falar da segurança da população de São Jacinto, já por si isolada por questões da geografia física. Portanto, não vamos penalizar ainda mais esta população que tanto tem lutado nos últimos anos por melhores e dignos serviços públicos.

O PCP manifesta também como é óbvio um voto de condenação política, com o processo de descentralização de competências.

Contestação e reprovação esta, manifestada a nível central e local. Esta transferência de competências substitui e desresponsabiliza o papel central do Estado. Qual se repercutirá em desigualdades entre municípios, que como é óbvio, se reflete na capacidade de resposta humana e material bem como a prestação dos serviços com qualidade em áreas tão fundamentais como a Educação, Saúde e Equipamentos Culturais.

Relativamente a área da Cultura. Na última Assembleia tivemos a discussão sobre a questão das Associações e da programação cultural, até o PAN mostrou a sua total indignação, por a Câmara formular políticas públicas para a Cultura e que promovesse e tivesse uma visão dentro dessa estrutura. Portanto, isso é uma é uma visão completamente

liberal, que o PAN, e utilizando a expressão incorreta do Senhor Presidente, que coloca obviamente a desresponsabilização dos órgãos públicos na programação e na dinamização da Cultura da Cidade — isso como é óbvio não pode acontecer.

Neste sentido há uma preocupação que não ficou bem esclarecida também na última reunião, que era relativamente ao papel das Associações, concretamente nesta programação cultural e nas políticas do município relativamente à Cultura.

Na resposta que foi dada ficaram algumas descartadas. Esta bancada gostava de saber quais são os critérios concretos para descartar umas associações e outras não, da deslocalização do edifício Fernando Távora? E saber se com este Orçamento que está proposto em que vai entrar, portanto, a figura do mecenato cultural, promovendo o patrocínio de empresas privadas em equipamentos públicos culturais, como o Teatro Aveirense, e os Museus de Aveiro, pergunto: Estas associações ligadas à recreação e à cultura também estarão prejudicadas com esta entrada dos privados nos equipamentos públicos? Disse."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

"Senhor Presidente, o executivo do PSD/CDS continua a sua opção local de redução dos serviços públicos. Foi assim com a concessão dos transportes públicos é também assim com a nova concessão de recolha de resíduos. Continua ainda a vender terrenos que podiam ser essenciais para políticas públicas como são os casos do antigo matadouro e do Cais da Fonte Nova. A opção é clara a contratação de privados e não a constituição de serviços públicos. Somos contra esta visão. Ação social continua nos mínimos, os impostos continuam elevados, havendo obviamente, de saudar a descida do IMI. Valeu a pena derrotar as opções do PSD na Assembleia da República para que em Aveiro se pudesse respirar melhor.

Já Partido Socialista que está no Governo do país e que dispõe de uma maioria no Parlamento para permitir devolver autonomia às Câmaras com PAM e assim permitir que se descessem impostos e permitir que se ficasse sem os condicionalismos económicos do PAM, a única coisa que propõe é a liquidação massiva de património da Câmara, para pagar imediatamente ao PAM. Plano de Ajustamento este ao qual não se opôs.

Um erro em cima de outro erro, não é sequer alternativa, não o foi aquando da aprovação do programa de austeridade, não é agora que quer mais enfoque numa política de austeridade, com venda de património, privatização. Para aliviar a outra vertente de austeridade mais impostos.

O Bloco neste processo de Orçamento de Estado apresentou propostas para desobrigar as Câmaras em PAM de condicionalismos económicos — fixação de impostos, taxas, serviços, capacidade de investimento etc. Quer o PS quer o PSD e CDS podiam aprovar esta medida. A questão é se defendem o não os interesses da população no caso concreto de Aveiro, ou se mantêm irredutíveis nas políticas de austeridade?

Quanto ao documento que aqui nos é apresentado. Apresenta como Orçamento com 72 milhões! A primeira pergunta que faço é como é que explica 38 milhões não definidos!? Quer dizer, num universo de 72 milhões, temos mais de 50 por cento sem estar explicado. E, portanto, a pergunta vai nesse sentido.

Disse aqui o Senhor Presidente que houve mais receita que o previsto. A segunda pergunta vai também nesse sentido. Se houve mais receita que o previsto de onde é que veio essa receita? Sim, porque nos documentos que se faz aprovar, os impostos e taxas, o Senhor Presidente justifica a fixação do valor de todas no máximo (exceto o IMI é certo) justificando-se com os imperativos do PAM.

Mas importa que a Câmara esclareça, quando este novo executivo presidido por Ribau Esteves iniciou funções, aumentou os impostos e taxas todas para o máximo sem qualquer obrigação legal. Ainda não havia PAM.

Isso foi uma opção política de PSD e do CDS e agora justifica essa opção com as obrigações legais do PAM. Portanto, é preciso que responda se não fosse o PAM quais seriam essas taxas e esses impostos em Aveiro? Seriam iguais ao que eram? Desceriam? A carga fiscal seria mais baixa? E se este executivo apoia a proposta do Bloco de Esquerda no Orçamento de Estado, para desobrigar a Câmara de condicionalismo económico do PAM. Isto é importante. Porque quando se vê que há mais receita que o previsto, dito aqui pelo Senhor Presidente, quando sabemos que os condicionalismos económicos começaram antes de haver uma obrigação legal, é importante que os aveirenses percebam se estão a ser cobrados impostos, porquê, e até quando. E se isto representa a política que o PSD e CDS pretendem manter para o concelho tem que dar uma resposta sobre isso.

Quanto a infraestruturas no concelho. Falou publicamente sobre a questão da piscina municipal. Sabemos que foi um executivo PSD/CDS suportado por uma maioria PSD/CDS nesta Assembleia Municipal que vendeu o terreno das piscinas, nas condições conhecidas. Agora o Senhor Presidente faz estas declarações, sem uma única crítica, pertence à mesma maioria PSD/CDS, com deputados que aqui estiveram na altura dos factos nesta mesma Assembleia e que se mantêm até hoje e não há uma única crítica. Pior, nem sequer houve uma tentativa de reversão de negócio.

O que parece é que quando falamos de um município com os constrangimentos económicos e depois, dá-se ao desbarato, as infraestruturas que o município tinha e vai perdendo ao longo do tempo.

Outro exemplo é o da Biblioteca. Tivemos a uma mudança positiva do Edifício Fernando Távora para o edifício que é atualmente a Biblioteca. Com valências que não existiam, nomeadamente a biblioteca infantil, o departamento audiovisual, e diz-nos agora o Senhor Presidente que afinal o que era bom era ter a Biblioteca no Fernando Távora.

E, portanto, se a Biblioteca neste momento não serve as condições que se impõe a uma Biblioteca Municipal de qualidade, não nos parece que retroceder 20 anos seja o caminho para ter essas condições. E, portanto, a pergunta também se põe. Transfere os serviços na íntegra para a Fernando Távora? Ou a nova biblioteca transferindo-se para Fernando Távora vai perder valências? Usando o edifício atual como arquivo, há em mente ou em projeto a hipótese de uma nova biblioteca, de uma nova infraestrutura? Qual é o plano do executivo nesta matéria.

Quando fala, declarações suas, sobre Transportes Públicos é importante relembrar que no passado PSD e CDS rejeitaram nesta Assembleia Municipal uma proposta do Bloco para que as indemnizações compensatórias que o Estado pagava às empresas de transportes públicos de Lisboa e Porto, fossem estendidas também a Aveiro.

Mas também na Assembleia da República PSD/CDS chumbaram essa proposta. E em Aveiro, a Câmara privatizou os Transportes coletivos verificando-se uma diminuição brutal de horários e carreiras. Um serviço que não dá resposta às necessidades da população. E Ribau Esteves ainda tem este tipo de intervenção, sem assumir as suas escolhas políticas em Aveiro.

Obviamente que acompanhamos esta medida de comparticipação de passes sociais. Obviamente que deve ser estendida a todo o território nacional. Mas o debate teria sido muito mais interessante se isto tivesse a ver com transportes públicos e não tivéssemos a falar de apoios a uma concessionária de transportes, como é o que acontece em Aveiro.

E falta também lembrar que os Transportes, não é só do concelho. Onde é que está a política de transportes intermunicipal? Ainda mais quando temos na figura do Senhor

Presidente também o Presidente da CIRA e, em termos de mobilidade, não tem havido grandes avanços nessa matéria.

Em relação às isenções do IMT. As suas declarações sobre uma empresa que investe milhões e que não precisa de borlas de Estado, nós acompanhamos. As empresas que investem milhões não precisam de borlas do Estado, nem precisam de borlas da Autarquia.

Mas a pergunta que lhe faço é que projeto foi este de quem investiu milhões e recebeu uma borla do Estado?

Uma pergunta também sobre a intenção do Ferry vir diretamente São Jacinto para o Centro de Aveiro.

Falou-se nisso algumas sessões atrás e convém dizer que andou a discutir as Grandes Opções do Plano sem que haja um projeto concreto sobre isto.

Em relação à Ação Social e Habitação Social. Mais uma vez, consideramos que é insuficiente a verba que está inscrita nestas Grandes Opções do Plano. 22,5 mil euros é 0.7% do Orçamento, não pode dar resposta na área social. Dá-nos a entender que o que o Senhor Presidente pretende é transferir essas responsabilidades para outras instituições, nomeadamente IPSS e nós somos contra esse modelo. Defendemos um serviço público de Ação Social, e sendo claramente insuficiente, devia estar novamente em cima da mesa a defesa da tarifa social da água, que em proporção, seria e abrangeria muito mais famílias do que este fundo de apoio às famílias, que é uma forma arbitrária e discricionária de dar respostas às necessidades. E fico-me por aqui."

Vogal António Neto (BE)⁰¹¹

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹²

"Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. Estamos a analisar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 da Câmara Municipal de Aveiro. É um documento extenso e rigoroso que nos dá prova inequívoca da boa gestão efetuada por este executivo, e que levou num primeiro momento à aprovação do PAM que permitiu desde logo projetar o futuro para o concelho de Aveiro, mais consentâneo com as aspirações dos aveirenses. E no momento presente começar a pôr em prática os projetos que Aveiro merece. 2019 irá ser o ano de recuperação financeira do município que se traduz em dois aspetos importantes: a diminuição da carga fiscal que incide sobre os aveirenses e o aumento do investimento efetuado pela câmara municipal.

Quanto à diminuição da carga fiscal em sede de IMI, interessa diretamente ao cidadão proprietário do imóvel e ela acontece porque em sede de revisão do PAM se percebe que a Câmara tem capacidade financeira para prescindir de uma receita de cerca de 1,6 milhões de euros e porque quadro legal assim o permite.

Mas infelizmente, no capítulo das receitas, a Câmara continua sujeita ao libre arbítrio das isenções concedidas pelo Governo. Num caso concreto, implicou a diminuição de receita do IMT em cerca de 2 milhões de euros.

Ou seja, a Câmara tem toda a sua atividade financeira escrutinada ao cêntimo pela Direção do FAM, mas é permitido ao Governo retirar receita de uma Câmara com processo de ajustamento e sem qualquer aviso a essa mesma Câmara.

Também relativamente às vantagens imediatas para os munícipes de Aveiro vamos ter em 2019 a redução da conta dos resíduos sólidos, com tradução imediata nos pagamentos que cada um de nós faz. O que é mais um bom exemplo da gestão municipal a pensar nos aveirenses.

No que a investimento diz respeito, como se comprova da leitura do documento, há um conjunto enorme de atividades a decorrer ou que se prevêem iniciar a curto prazo e que

irão transformar o concelho de Aveiro num espaço mais moderno, mais coeso, mais atrativo, para quem aqui reside, para quem aqui vem investir e para quem nos visita. Esses projecto o Senhor Presidente Já os referenciou, não vou repetir esses projectos, mas obviamente estamos de acordo com as escolhas desses projectos e da forma como a Câmara está a trabalhar. Por todos estes motivos, naturalmente, o voto CDS/PP é favorável a este investimento.

No entanto, deixavam ao Senhor Presidente da Câmara aqui algumas perguntas para as quais agradecíamos a sua resposta.

Relativamente à Polícia Municipal qual é o aumento do efetivo que a Câmara Municipal pretende levar a cabo? Quanto à iluminação pública, o que é que pode a Câmara fazer para exigir à EDP para que seja proactiva na deteção de anomalias e na sua rápida resolução? Na gestão dos canais urbanos está prevista alguma ação que diminua acumulação de detritos e sujidade à superfície, na zona exterior das várias eclusas do canal de São Roque? Por último, verifica-se ainda em algumas zonas urbanas, a existência de matagais, que para além do mau aspeto que dão à Cidade, são certamente focos de insalubridade. Tem a Câmara meios e poderes que proporcionem fazer essa limpeza, mesmo que sejam propriedade privada? Disse."

Vogal Rita Batista (BE)⁰¹³

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰¹⁴

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁵

"Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimento todos. No fundo o documento é extenso e são basicamente cinco pedidos de esclarecimento que faço. Coisas, obviamente, terão um critério, são seletivas, mas que gostaríamos de ver esclarecidas.

A primeira tem a ver com a medida em que as obras elencadas nas GOPs relativamente ao Parque Escolar vinculam ou comprometem opções a tomar em sede de Carta Educativa ainda em discussão.

A segunda que é uma referência a uma tomada de gestão na zona da antiga lota.

Eu gostava de saber que quais são os contornos desta ação e quais competências e atribuições e que é que está aqui em causa.

Também relacionada com obras em diques e motas que vão ser reforçados! Eu gostava de perceber ao abrigo de que critério e com que financiamento.

Gostava de saber também em que estado está o tal desenvolvimento do projeto da Avenida Lourenço Peixinho.

Porque a questão é que tivemos uma apresentação na semana PEDUCA que prometeu que teríamos discussão alargada antes do projeto de execução. Só quero acautelar.

Uma quinta, é uma pergunta também ou uma recomendação. Ou seja, nas GOPs é anunciada a ideia de fazer a promoção do estacionamento no estacionamento do Mercado Manuel Firmino. E sinceramente parece-me que é a medo, por resistência ou por não equacionamento ou outra coisa qualquer, que curiosamente não estamos aqui a aproveitar a oportunidade para fazer a promoção e a gestão do estacionamento.

Nomeadamente, porque em âmbito de projeto de regulamento da mobilidade, que antontem fechou o processo de consulta pública, fala-se em parques de longa duração e da necessidade de regulamentar e de os organizar! Ou seja, sabendo eu que o Regulamento não tem nada a ver com isto — parece-me que é uma visão parcelar. A ideia deixa que o estacionamento do mercado é público e alguns não serão! Mas o que está aqui em causa é a gestão do estacionamento e a prevenção em relação ao próximo verão. Se não no próximo verão, vamos ver outra vez que estamos com muito estacionamento que não está regulado. Pronto, é uma sugestão e também uma pergunta, porque é que

promovemos aquele estacionamento e não acautelamos relativamente à mobilidade e ao estacionamento da cidade, através de uma coisa tão simples (ou complicada, como quiserem) de fazer a sinalização dos estacionamentos que existem no espaço da cidade, em todas em todas as suas entradas. Disse."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[016](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos os presentes. Estava eu na leitura deste documento, eis senão quando surge novo documento distribuído, tão ou mais interessante do que este, que é o parecer do FAM sobre o mesmo.

E isso, fez-me mudar um bocadinho, alterar um bocadinho teor das intervenções que costume ter relativamente às GOPs.

Assim, nesta primeira intervenção deixaria um punhado de perguntas que gostaria que respondesse. Porque acho que estes documentos não se fazem sem um conjunto de pressupostos associados. E estes documentos também espelham, para além do mais, uma opção política do executivo e, portanto, aquilo que aparece não é exatamente o encaixar de números, mas tem a ver com uma opção que estará necessariamente por trás da aplicação desses mesmos números e dessas mesmas políticas.

Eu gostava de deixar 4 perguntas. Primeira pergunta é se a Revisão do PAM está formalmente aprovada à data de hoje?

Segunda pergunta é por quê é que há uns "milhõezitos" que continuam à data de hoje com destino não definido?

Terceira pergunta é saber qual é o valor de liquidez que a Câmara Municipal terá no final do ano, na sua conta?

Quarta e última pergunta é a seguinte. Se porventura a opção política do executivo fosse diferente daquela que está plasmada nas GOPs, se a opção fosse diferente, se é possível antecipar a saída do Fundo de Apoio Municipal em 2023, sem o bondoso plano para 2019?"

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD)[017](#)

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)[018](#)

Vogal Victor Oliveira (PPD/PSD)[019](#)

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)[020](#)

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

"Boa noite Senhor Presidente. Boa noite a todos os colegas da Assembleia Municipal. Este documento é muito extenso, obviamente. E mais uma vez mostra um dinamismo muito grande e muito forte para a cidade de Aveiro e que está assente nestes pilares que já foram referidos e muito importantes, que se prendem com o reequilíbrio financeiro da Câmara, com a resolução (eu vou usar esta expressão) das trapalhadas todas que foram feitas anteriormente, que forçaram efetivamente esta maioria a ter que ir por um processo para o município, com o Programa de Apoio Municipal, porque estava em rutura financeira e, portanto, quando chega a este ponto não há muitas outras soluções. Mas o importante é que fomos para aqui e estamos a saber usar este programa, ainda bem que ele existe, mas estamos a saber usá-lo bem, estamos a reduzir a nossa dívida, estamos a reforçar o investimento no município de Aveiro, que tanto precisava, como aqui é dito, do ponto de vista de estrutural sofre de enormes carências o nosso município.

Portanto, estamos a resolver isso também desta forma. E, obviamente, esta antecipação deste rácio de dívida sobre receita, para um e meio de antecipação em dois anos, é obviamente também um ponto muito importante para todos.

Eu já o referi aqui há uns tempos, exatamente na discussão das GOPs de 2018, em relação à questão do IMI. E isto tem a ver com essa questão da opção política. A opção política aqui é claríssima. É resolver o problema financeiro que a Câmara tem, mas aproveitar também o momento económico que o país está a viver e nomeadamente o município, e potenciar isso. Como? Fazendo investimentos, atraindo e cativando investidores privados, para dar mais pujança, mais força a nossa economia local, em que todos beneficiam.

E permitam fazer aqui um reparo porque eu já o fiz precisamente há um ano, que tem a ver com a questão do IMI. Tem a ver com a diminuição da taxa do IMI e novamente a introdução do IMI familiar.

No ano passado tivemos a notícia oposta. E se vocês se recordam, eu já na altura falei, houve um agravamento do IMI. Depois de virmos com anos com agravamentos brutais em termos de taxa de IMI, no ano passado em que as pessoas esperariam alguma estabilidade o IMI agravou-se..."

Presidente da Mesa:

"Ó Senhor deputado, desculpe interromper. Nós temos um ponto específico sobre a discussão do IMI. Depois terá todo o tempo."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD):

"Senhor Presidente, bem sei. Só referi porque isto está dentro das GOPs, é uma das diretivas. Relembrar que é agora possível, mas agora só para dar uma ideia, relembrar que é neste tipo de coisas que os aveirenses sentem as famílias. Reparem os que compraram casa, um casal que tenha 2 filhos e que tenha um imóvel com uma valorização patrimonial de 100 mil euros, vai sentir em 2019 uma descida de 450 euros de IMI para 360 euros. Num cenário em que nos últimos anos, quer ao nível de impostos municipais, quer impostos nacionais, temos sido todos muito penalizados, este tipo de notícias é do melhor que nós podemos receber, vendo em simultâneo uma cidade em crescimento e muito pujante. Tenho dito."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[022](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Queria saudar a Mesa, a ilustre Câmara, os Colegas deputados, Público presente.

Duas ou três pinceladas sobre as GOPs de 2019 da Câmara de Aveiro. Sobre o Plano entendemos que ele está plasmado nas GOPs naturalmente. Consideramos que é um bom plano, que Aveiro precisa para como já aqui foi dito, sair do marasmo em que esteve, e que naturalmente cobre todas as áreas da governação. E isso é muito importante.

Naturalmente que este plano só é possível pelo trabalho de cooperação financeira efetuada nos últimos anos. E, portanto, Senhor Presidente, todos os aveirenses devem alguma gratidão por este trabalho que foi feito ao longo dos anos de persistência, de rigor, de necessidade, do modo como lidou com o problema gravíssimo financeiro que a Câmara Municipal de Aveiro tinha. E esta recuperação permite termos hoje um Plano e um Orçamento que, naturalmente, todos os aveirenses devem-se orgulhar dele.

E, por isso me indigna quando ouço afirmações de que a sua gestão financeira e uma gestão de merceeiro! Senhor Presidente, isto além de não ser verdade, é um insulto aos merceeiros honestos que conhecia.

Queria também deixar aqui um apoio forte à luta que vai continuar para a eliminação das portagens na cintura rodoviária de Aveiro.

E deixo-lhe aqui um desafio. Porque eu ouvi agora durante a discussão do Orçamento do estado para 2019, tudo menos isto. Temos visto projetos de recomendação ao Governo de todos os partidos. Eu já disse que isso é conversa da treta porque isso nunca deu nada. Portanto, os Senhores que estão no Governo e se fizeram tantos projetos de recomendação à Assembleia da República e ao Governo em exercício, tem uma oportunidade de neste Orçamento do Estado suprir estas portagens que em princípio estaremos todos de acordo que nunca deviam de ter existido. E, portanto, fica o desafio para a vossa governação de resolver este problema em Aveiro, que já tem anos demais. Obrigado Senhor Presidente."

(Entretanto deu entrada na sala o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Oliveirinha, Mário Júlio Maia Mostardinha).

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²³

"Boa noite a todos. Vou ser breve depois do que todos os meus colegas já disseram. Este é um orçamento decalcado do programa eleitoral, do projeto Aliança com Aveiro. Programa esse que se tornou no nosso compromisso com os aveirenses. E assim se tornou programa de governação deste executivo para o município de Aveiro, para o mandato autárquico 2017/2021

Assim, após uma reforma organizacional e financeira do município, agora é tempo de uma gestão transparente, rigorosa, cumpridora dos compromissos assumidos com os cidadãos e com o Fundo de Apoio Municipal.

Para este orçamento, nesta bancada e a seu tempo, pedimos o cumprimento dos pagamentos de compromissos financeiros; redução da carga fiscal sobre os munícipes; descida do IMI; inclusão do IMI familiar; diminuição da dívida; antecipação da data de cumprimento do rácio 1,5; aumento do investimento.

Assim, este documento cumpre o pagamento das dívidas pela boa gestão do executivo. Contempla a redução dos impostos sobre as famílias com a redução do IMI de 0.45 para 0.4 e a reintrodução do IMI familiar. Cumpre a redução efetiva da dívida. Prevê antecipação da data do rácio de dívida de 1.5 pela receita. Contempla um investimento forte de que Aveiro precisa na Saúde, no Parque Escolar, na rede viária, nos equipamentos desportivos, no apoio às Associações, no apoio às Juntas de Freguesia através das delegações de competências, e num forte investimento em tantas outras obras que Aveiro sente necessidade.

Este é um orçamento para um concelho vivo, dinâmico, empreendedor, cumpridor. Uma cidade capital, uma cidade dos canais, uma cidade universidade, uma cidade da ria, a nossa Cidade."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁵

"Boa noite a todos. Marta Dutra, a maior parte das proposta do PAN nós acolhemos. Nomeadamente no que respeita às infraestruturas verdes urbanas, à substituição dos herbicidas que acham maus nos vossos critérios, mas nos critérios das autoridades portuguesas e europeias, eles ainda são bons — embora já não os usamos.

Na mobilidade das pessoas estamos a trabalhar. Ainda hoje tive o gosto de ter uma ação que o nosso concessionário, na Salvador Caetano, onde estão quase prontos os nossos 3 autocarros elétricos que vão entrar em operação em meados do próximo mês de Dezembro. E com mais outro vasto conjunto de investimentos que vamos cumprindo. O nutricionista municipal já temos. Está na prestação de serviços da empresa que nos

fornece as refeições e portanto estes 4 objetivos que referenciou estão absolutamente acolhidos.

O orçamento participativo dar-vos nota que estamos a trabalhar no Orçamento Participativo. O nosso ano para lançar o Orçamento Participativo é o próximo ano de 2019. Numa operação que quando a lançarmos a faremos com todos os pormenores que estão a ser neste momento trabalhados com todo o rigor e com toda a intensidade.

Quanto à área animal a sua perspetiva que está descurada a nossa é que não. Prosseguirmos o nosso trabalho, queremos muito ter o parecer positivo da Direção-geral de Alimentação e Veterinária no que respeita ao projeto do nosso Canil Intermunicipal, de que estamos a cuidar particularmente do polo de Aveiro. E está tudo a correr bem para que possamos no próximo ano ter lançamento do concurso e execução da obra. Na rubrica geral onde nós transferirmos verbas para a Comunidade intermunicipal da Região de Aveiro, uma parte da rubrica que lá está é também para compartilhar esse nosso objetivo. Os estudos prévios estão neste momento concluídos, apontam para um valor similar àquele que nós referenciamos quando lançámos o concurso de 2,5 milhões de euros no conjunto dos 3 pólos. O pólo de Aveiro, o pólo de Ovar e o pólo de Águeda. O PAN vota contra! Pois com certeza de que é que eu estaria à espera. Agora a verdade é que a maior parte das suas propostas estão acolhidas.

Olhe também votam contra o PA, o que também é normal, daquilo que vamos assistindo da atividade política do PAN.

David Silva, saiba que a luta continua e estamos unidos. Portanto, nem tudo é diferença. Estamos a lutar pela mesma coisa e eu não quero saber se o Governo é do PSD ou do PS. Não quero saber disso para nada. A introdução das portagens nas Scuts teve a sua razão de ser — hoje há condições objetivas para deixarem de existir. Ponto final, parágrafo.

E a proposta do Partido Comunista é uma proposta sensata, tem o meu total apoio, hoje com o governo socialista, amanhã com o governo social-democrata. Eu não quero saber disso pra nada. Quisemos foi em 2 momentos (um que já aconteceu outro que vai acontecer) fazer uma proposta diferente. Por causa das obras da N109, propusemos ao atual Governo, formalmente, com reuniões informais, mas com formalidade, que no nosso troço de servidão municipal, que do nó da Póvoa do Valado até ao nó lá em cima, a Norte, no nó de Angeja, neste troço, e obviamente depois o nó do Estádio, que as circulação intra estes nós não fossem portajadas. Porquê? Porque no nosso território municipal, as vias que eu acabei de referenciar são via de cintura urbana.

E aliamos factor extraordinário que é termos obras na N109, que já começaram e vão continuar.

O Governo inventou um valor de receita. Inventou, para dizer que não podia perder aquele valor. E, portanto, a luta continua.

Tenho dúvidas que vencemos, mas não é por isso, não é por essa minha dívida, que vamos deixar de lutar.

E já anunciei aqui na Assembleia Municipal que proximamente estaremos a pôr uma carta nova nessa luta. E espero estarmos com bandeiras cor-de-laranja, mas também vermelhas nessa luta. Porque o que se está a fazer Aveiro não faz qualquer sentido. É uma discriminação em relação a outros territórios do país. Está errado, seja lá de que Governo for.

Mais. Dizer-vos que na revisão do plano director municipal, nós estamos a deixar claro e formal, que esta via de autoestradas é, de facto e de direito, a via de cintura rodoviária da nossa Cidade.

E, portanto, não podemos ter esta circunstância que é absurda, que é abusiva. Se qualquer Governo quer continuar a entender que andar de Lisboa para o Porto ou qualquer outros destinos intermédios, possa estar portajado nos grandes circuitos, respeito. Mas que todos

os argumentos são válidos para que a nossa proposta seja aceite são. E, portanto, estamos juntos nesse trabalho.

Quanto aos Bombeiros Novos. David deixar claro que é a Câmara que paga toda a despesa de transportes dos Bombeiros Novos para São Jacinto, ponto final, parágrafo. É a Câmara que paga toda a despesa que os Bombeiros Novos têm na travessia. É a Câmara que paga.

O PCP é contra a Descentralização. Tem algumas razões. Mas nós somos a favor e queremos gerir boa parte delas já em 2019.

Na Cultura. O David perguntou pelo papel das Associações e critérios. Davis o papel das Associações no nosso município é um papel muito importante. E não é preciso que a Câmara dê directivas. Era o que mais faltava. As Associações são privadas e independentes. Elas de facto têm um trabalho notável e o reconhecimento dessa importância desse trabalho é feito pela relação institucional que temos e pela cooperação financeira. Nós não cooperamos com instituições que não têm um papel relevante. Não cooperamos mesmo. E há algumas. Agora, a esmagadora maioria das nossas associações têm, de facto, essa relevância, nomeadamente nas culturais, que foi aquilo que referenciou.

E quando está a falar de descartar as Associações do Távora, nós não vamos descartar ninguém. Nós, ao abrigo dos contratos, avisámos toda a gente com o devido tempo e com muito tempo que aquele edifício vai mudar de vida. E a única coisa que fizemos por opção política, porque não temos nenhuma obrigação, é que estamos disponíveis e estamos a trabalhar nesse sentido, para cooperar com quase todas, não é com toda algumas, porque algumas têm lá o espaço e não vou lá há anos. Se lá passar à porta tem montes de lixo que são cartas que não são levantadas há anos. Portanto esta coisa do "todos" é preciso ter cuidado. Porque o "todos" não é uma coisa boa. Há instituições que estão lá, que tem espaços cativos, que não vão lá há anos. Até me estou a lembrar de uma que foi muito notável, no nosso município, mas morreu operacionalmente. Portanto tenha lá cuidado com o "todos". Portanto, aquilo que nós manifestámos foi disponibilidade para ajudar na cooperação com disponibilização de espaços municipais, que são muito poucos, e na cooperação financeira, para podermos apoiar financeiramente aquelas instituições que recorram ao mercado de arrendamento para ter soluções. E já temos boas propostas, estamos a trabalhar com todos, para criar soluções. Ninguém descarta ninguém. A nossa cooperação é do mais elevado nível, como não podia deixar de ser.

Rita Batista tem sempre esta coisa da redução dos serviços públicos! Rita estamos com bons serviços públicos nos transportes, bons serviços públicos na gestão de resíduos urbanos, com qualidade e com menos custos. São concessões, nós somos a favor das concessões, as concessões são coisa pública, operada por entidades privadas.

Portanto é neste pressuposto positivo. Em termos ideológicos o Bloco tem uma perspectiva diferente, que nós respeitamos, imaginem nem terrenos o Bloco quer vender, pronto. Gosta mais de lixeiras como aquelas que tínhamos no antigo matadouro em vez de irmos ter lá uma loja que emprega 130 pessoas, que vai pagar impostos, ordenados, etc. É uma opção política do Bloco que nós discordamos, mas obviamente respeitamos e compreendemos. Agradeço a sua saudação à redução do IMI que obviamente penso que a faz com toda a seriedade e critica o Partido Socialista de não ter acabado com o FAM.

Eu também crítico, pelo facto de, tanta parangona, tanta coisa, que iam acabar com o FAM e o que ficou foi um regime novo. E está a acabar a legislatura. E cá temos o Fundo todo direitinho. Vamos ter apenas a nota via Orçamento do Estado no que respeita ao IMI. Embora o IMI não seja FAM, tem apenas determinadas condicionantes determinadas pela lei FAM.

Mas pronto. A lei FAM continua em vigor e nós continuamos a cumprir a lei do país. Era o que mais faltava nós não cumprirmos a lei, que é isso que às vezes o Bloco não percebe de que nós temos de cumprir a lei. A Lei existe, a Câmara caiu nas malhas da lei FAM, e pronto, só temos que agradecer. Porque senão a Câmara existia, pois com certeza, mas olhe, não sei o que é que tinha acontecido com as injunções todas e as penhoras em cima das nossas contas e sem capacidade de pagar ordenados.

Enfim, eu faço lá ideia do que é porque é que tinha acontecido se não houvesse lei FAM. Portanto só temos que agradecer ao legislador que nos propiciou um trabalho de recuperação que é muito importante e muito relevante.

A Rita perguntou e depois o Francisco Picado também o fez, que é a estória dos 30 milhões não definidos.

O exercício é, passar a definir, pelo registo do Saldo. Portanto a lógica, é uma lógica simples. Ele está não definido, porque se perspectiva que o Saldo seja no mínimo esse valor, 30 milhões e, portanto, nós com o registo formal do Saldo, quando aprovarmos a revisão do Plano e Orçamento. Ou então, agora, há uma nota nova de interpretação do POCAL, o primeiro mapa de Fluxos de Caixa, e a primeira aprovação formal do Saldo, podemos integrar o Saldo. E integrando Saldo nesta Conta, estas verbas todos que estão não definidas, passam a verbas definidas.

Aquilo a que o Francisco Picados chama, critério contabilístico curioso, milhõezitos! Sim, porque isto para o PS é mais milhõezito menos milhõezito. Para quem deu cabo desta Câmara portanto é mias milhão menos milhão.

Portanto milhõezitos é a nova expressão técnica que o Francisco Picado deve ter prendido nalgum curso novo que andou a tirar, quando fala de 30 milhões, ou quando o Partido Socialista diz que são 54 milhões. Enfim, é o Partido Socialista que nós temos. (Ouvem-se vozes). Estão a ficar todos excitadíssimos Senhor Presidente, eu vou-me calar.

Muito obrigado. Porque isto de facto com ruído fica um bocado complicado. Sabem que os ouvi com o meridiano silêncio e boa paciência e Vexa está tão excitado que não se cala.

Rita Batista, em relação aos impostos no máximo, Eu tenho sido sempre claro e vou voltar a ser claro. Já falámos isto na Câmara e aqui na Assembleia também. Aliás, tem a ver também com uma outra questão que o Francisco Picado colocou que é antecipar a saída do FAM para 2019.

Saiba que se nós hoje geríssemos a nossa Câmara sem FAM como é que nós colocaríamos o nosso pacote fiscal?

Nós colocaríamos o IMI em 0.4%, nós introduziríamos o IMI familiar, e nós manteríamos a estrutura de impostos que temos e a Derrama que está proposta para mantermos. Nós faríamos assim.

Se nos libertarmos das obrigações FAM em 2021 ou se conseguirmos a antecipação pra 2020, é assim que nós queremos fazer.

Portanto a nossa discussão, além do mais neste mandato, sobre a nossa carga tributária, salvo alterações profundas e não ponderadas, nas condições que temos em mãos, é esta até ao fim do mandato.

Nós temos esta dupla operação para fazer. Temos que recuperar a nossa Câmara, temos que acabar de pagar a dívida velha e algumas surpresas que de vez em quando aparecem, e estar preparados para mais algumas surpresa. Temos que ter capacidade para honrar ao dia o serviço da nossa dívida do dia-a-dia das nossas compras e o serviço da dívida bancária. E precisamos muito de aumentar a nossa capacidade de investimento.

Nós não podemos aceitar que, o município que tem um PIB per capita 40% superior à média nacional, tenha um parque escolar que ainda hoje nos envergonha; não tenha um pavilhão desportivo municipal; não tenha uma piscina municipal; tenha uma rede viária

para qualificar muito mais do que aquilo que já conseguimos fazer. Isto não pode ser no município de Aveiro.

Como é que resolvemos estes problemas? Com dinheiro e com investimento. E, portanto, é um equilíbrio que nós temos que fazer. Ter capacidade financeira para cumprir as nossas obrigações sem milimetricamente incumprir, não podemos. E termos capacidade de aumentar o nosso investimento.

Um dos problemas que nós tivemos, uma delicadeza que tivemos na renegociação do pacote da revisão do PAM é aquilo a que o António Neto chama o milagre.

Eu que sou católico praticante nunca trouxe as minhas convicções religiosas, mas pasmem-se o António trouxe hoje. E portanto, entende o António que temos um Presidente milagreiro. Eu agradeço António a sua nota, porque na minha razão histórica e de crente, os milagres cabem apenas aos Santos. Mas, também aqui, a luta continua. Uma adesão estratégica ao Bloco é uma luta pela santidade. No entanto, o nosso António Neto, diz que eu sou um Presidente milagreiro, que de repente, recebo uma Câmara num estado completamente caótico em que estava, vou à missa, faço umas rezas, e de repente milagre. Temos ouro, pagamos a toda a gente a tempos e horas. Só mesmo uma crença muito profunda e de alguma patologia, como a do António Neto, para acreditar que isto foi verdade.

Não foi um milagre António. Isto foi um processo profundo. Que começou por uma Auditoria que desenvolveu-se com um conjunto vastíssimo de medidas. Que o Bloco conhece bem porque vocês as criticaram tanto. Saíram 200 pessoas da nossa Câmara em 4 anos. Faça lá a continha quanto é que custam 200 pessoas numa Câmara Municipal. Não vos vou agora estar a cansar de todas as medidas que foram tomadas, de tudo o que foi feito para por isto na ordem. Pagaram-se sem FAM, sem a assistência financeira, pagámos 50 milhões de euros de dívida. Não há milagres António. Vexa se acredita em milagres, olhe hoje quando rezar ao seu Santo, peça-lhe para lhe explicar que nestas matérias não há mesmo milagres. Mas se acordar amanhã com dúvidas, porque o seu Santo pode não ser claro a explicar, eu estou ao seu dispor para explicar com pormenor que isto não é um milagre. Isto é uma operação de facto que dá para abrir a boca a quem olha para isto de forma assim de forma mais superficial e politiqueria. Tem muito trabalho e não há aqui milagre absolutamente nenhum.

Rita sou absolutamente crítico do negócio que a Câmara fez com as piscinas. E dizer uma coisa. Há Partidos que os seus comités centrais fazem documentos e que as pessoas aqui na Assembleia Municipal têm que os ler. Eu sou autarca há 21 anos. Nunca o meu partido me deu um papel feito na central para eu ler. E mesmo se mo desse eu nunca o leria. Fui, sou e serei um autarca livre. E não tenho nenhuma prisão que o meu partido me mande papéis e que eu depois chegue à Assembleia Municipal e tenha que ler. Eu não tenho disso.

Portanto houve uma maioria dos Partidos desta coligação que eu sirvo, com todo o rigor, intensidade, que vendeu erradamente, os terrenos das piscinas do Beira-Mar. Eu sou contra.

Apenas o negócio é lícito. O proprietário privado é proprietário privado, não há volta a dar a não ser que queiramos pagar-lhe o valor que ele está hoje a pedir no mercado, que é mais ou menos o triplo daquilo que ele pagou para comprar. Não exatamente a Câmara porque houve uma venda pelo meio até ao atual proprietário.

Portanto esta é nossa visão desta questão e de liberdade, porque não temos essa prisão problemática das prisões partidárias. Somos homens livres e os nossos partidos ensinam-nos a sermos homens livres e responsáveis. Às vezes há é independentes que são um bocadinho irresponsáveis, mas é a vida.

Quanto à Biblioteca. Eventualmente a Rita não conhece o edifício que o edifício actual profundamente. As condições que os nossos trabalhadores trabalham no sótão. Coisas inacreditáveis. Nós vamos levar a Biblioteca para o edifício Távora, mas aquilo que é a organização e a utilização do edifício não tem nada a ver com a biblioteca que Rita conheceu ou que ouviu falar. Não sei se a conheceu. Não tem nada a ver. Posso depois na obra mostrar-lhe o projecto. É uma lógica diferente. A quantidade de espaço que vamos usar é muito maior. É muito mais do que aquela que temos para usar na actual biblioteca. E temos urgentemente de sair da Biblioteca. Ainda esta semana caiu mais um pedaço de tecto. É importante sair rapidamente porque aquele edifício precisa de entrar rapidamente em obras. Tem problemas gravíssimos que além do mais põe em causa a saúde dos livros, por infiltração em vários cantos, de água.

Empresa que eu referenciei do IMT é a Navigator. E o investimento é a nova fábrica que neste momento está em fase de testes. Pensei que tinha percebido mas, pronto, como não percebeu, fique a saber qual é o nome da empresa.

Quanto ao valor da ação social e da habitação social ser insuficiente. Rita, estamos a falar de 6,8 milhões de euros! É evidente que se fosse o Bloco a governar, o que nunca acontecerá, os aveirenses podem dormir descansados, porque sempre terão o bom senso e inteligência de nos proteger de semelhante ideia trágica, seria 68 milhões!?! Eu não tenho dúvida nenhuma. Nas são 6,8 milhões. Saiba que é o maior orçamento que a Câmara de Aveiro teve em Ação Social nos últimos 20 anos. Estamos a falar de muito dinheiro. De operações grandes, importantes, que vão a tudo, desde o investimento pesado na qualificação da habitação social até ao apoio às associações. Programas de apoio direto financiado pelo nosso fundo de apoio às famílias. Portanto é de facto uma atitude muito transversal. Uma verba que nós entendemos que é muito importante.

Daquilo que disse o Jorge Greno, eu queria aqui evidenciar a questão da redução da taxa de resíduos urbanos, que nós fizemos com uma operação de 15% para sermos cautelosos. Provavelmente iremos ter espaço para mais. Está anunciado que a ERSAR está para tomar decisões ou terá já tomado decisões sobre o recurso apresentado pela ERSUC no respeito ao tarifário. Que é um dado muito importante para nós sabermos como é que vai haver evolução. Mas queremos fazer de forma cautelosa porque não nos passa pela cabeça an0dar agora sempre a subir e a descer a taxa.

Portanto, podemos reduzir 30 talvez sim. Mas chegaremos a meio do ano e dizer enganamo-nos, vamos aumentar o défice, não faria sentido nenhum. E, portanto, queremos que este processo de redução seja progressivo e que assente bem na estrutura de custos que paga, porque é a relação que temos. A receita da taxa pagar a estrutura de custos que temos com a gestão dos resíduos urbanos.

Na Polícia Municipal o nosso objetivo é aumentar o efetivo em 6 pessoas. Eventualmente iremos pôr mais do que 6. Provavelmente 6 mais 4 usando a figura dos estagiários. Porque isto de arranjar já polícias com condição formal de entrarem para os quadros está a ser até à data impossível. Está a ser muito difícil. Temos que ir por outro caminho que é fazer a formação em serviço porque eventualmente não teremos outra solução para aumentar e precisamos de aumentar muito a sério a nossa capacidade de actuação na fiscalização. E, portanto, esse é um objetivo claramente assumido.

Aumentar o acompanhamento e a pressão sobre a EDP, com certeza. Precisamos de trabalhar mais nessa frente. E dizer-vos que hoje foi um dia muito feliz. A nossa estação náutica de Aveiro foi certificada. Tive muito gosto de ir à Alfândega do Porto receber a nossa placa, o nosso certificado e a nossa bandeira. Ainda por cima azul-e-branca que é sempre uma alegria grande receber bandeiras azuis e brancas. E uma das operações que já começámos a pensar, nós temos que trabalhar todos, não é só o município de Aveiro. Felizmente estamos acompanhados pela Murtosa, por Ílhavo e por Vagos, que também

tiveram a sua estação náutica aprovada, certificada, Mas temos que trabalhar o lixo da Ria.

Muito do lixo que vemos na Ria, nomeadamente nas margens que recebem o vento norte, como são as nossas margens, nomeadamente do Cais da Ribeira de Esgueira até Vilarinho não é produzido por nós, nem por quem passeia naquela via. Vem, e por isso temos todos que trabalhar nisto, nesta política das relações de plásticos com o mar, temos todos que trabalhar nisto para que combater este problema que o vemos com facilidade quando andamos pelas margens da nossa Ria.

E os matagais das zonas urbanas, temos tido sucesso globalmente no trabalho que estamos a fazer, mas temos de continuar porque nalguns casos não temos tido sucesso. E obviamente, os matagais, mesmo os cortados voltam novamente a crescer. É uma operação que tem tido a nossa atenção, mas tem de continuar a ter e vai continuar a ter.

Fernando Nogueira, as Escolas que aqui estão referenciadas da nossa parte estão absolutamente garantidas a sua presença na Carta Educativa. Portanto, é um patamar de estabilidade claro, que o assentámos no quadro do trabalho com os nossos parceiros e, portanto, é por essa solidez toda, que nós assumimos estes objetivos.

A zona da antiga lota. Esperemos que venha para a nossa mão. Seja pela negociação direta seja pela aplicação do novo decreto-lei sectorial, que esperamos que entre em vigor até ao final do ano ou logo no início do ano novo.

O nosso objectivo primeiro é fazer uma limpeza urbana imediata, bruta, rápida. Limpeza de lixos, regularização dos passeios da frente da Ria, regularização das zonas de circulação automóvel, digamos que numa operação primeira de limpeza estrutural e desenvolver os trabalhos, com quem já está, de qualificação de operações, nomeadamente as nossas Associações que se dedicam à vela de cruzeiro, e as nossas instituições que se dedicam à formação e à competição em atividades náuticas, nomeadamente o Galitos. E enfim, depois partir para um trabalho de interação com o mercado para verificar os interesses de investimento que tirem proveito daquele lugar extraordinário no que respeita ao comércio e aos serviços numa primeira instância, colocando também, embora não de forma predominante, a matéria da habitação.

A Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Segue o processo. Aprovámos o estudo prévio e estamos a desenvolver o projeto de execução, no quadro daquilo que eu aqui nesta Assembleia Municipal descrevi como a estrutura do projeto. Mas voltamos a esta matéria para vos explicar outra vez com toda a tranquilidade, para explicar outra vez, outra vez, qual é a estrutura que o projeto ou que o estudo prévio fechou e que agora o projeto vai desenvolver com todo o gosto.

Quanto ao estacionamento do Manuel Firmino. Nós falamos dele porque é o único que é da Câmara e gerido pela Câmara. Embora na política de todo o estacionamento está lá tudo. Aliás, estamos neste momento, a preparar um documento sobre o mesmo para levar proximamente a reunião de Câmara Municipal a sua atualização. Portanto há um documento base que aprovámos em 2014 ou 2015 e que tem sempre de um trabalho de atualização anual e, portanto, mas é esse. E, portanto, esse pondera toda a oferta de estacionamento na nossa gestão gerimos o nosso parque de estacionamento.

Depois, está aqui a verba, o objetivo, da construção do parque de estacionamento novo na parte nascente da estação. Que vai ter também o parque de autocaravanas. Vamos acabar com o estacionamento das autocaravanas ali debaixo do viaduto da A25. E vai haver condições, em condições, para as nossas autocaravanas terem serviços, terem um sítio com qualidade, bonito e aprazível. Além de viaturas que irão estacionar, ainda não temos o projecto fechado, mas perto das 300 viaturas. Um parque não pago. E também vamos trabalhar a identificação dos parques. É um trabalho que não está feito, mas que estamos a preparar para concretizar fisicamente no próximo ano.

O Francisco Picado, diz que achou interessante o parecer do FAM. Eu também achei. E achei bem ele ser positivo para nos permitir fazer o Plano e Orçamento para 2019 e poder colocá-lo a aprovação na Câmara e aprová-lo na Assembleia Municipal. Portanto partilho a sua nota de interessante sobre o parecer.

E obviamente, o cuidado do parecer, tema ver obviamente com a circunstância de o PAM revisto ainda não estar formalmente aprovado. Eu já disse isso à bocado. Eventualmente não me ouviu ou que ouvir-me outra vez. Mas portanto que não haja dúvidas Por exemplo, a lei do Orçamento de Estado não é a lei. O que temos neste momento é uma proposta de lei de Orçamento do Estado, que nos vai dar no fundo mais meio milhão de euros.

A Lei só vai ser Lei talvez no dia 2 de Janeiro. E com o pressuposto que obviamente vai ser aprovada na Assembleia da República e vai ser promulgado pelo Presidente, mas o meio milhão que lá está na proposta já aqui está.

O quadro total e que tem que estar objetivamente pronto até ao dia 31 de Dezembro. E o quadro total tem tudo. Tem o Plano e Orçamento, tem o pacote fiscal, tem a Lei do Orçamento do Estado, tem o PAM revisto. Tem tudo.

Mas obviamente isto tem que estar formalmente tratado até ao fim do ano ou até ao início do ano novo. Portanto, esta é a matéria objetiva de tudo isto.

Antecipar a saída do FAM. Enfim, Vexa foi mais cuidadoso do que os vereadores do Partido Socialista na Câmara que, numa primeira abordagem disseram que nós tínhamos que pegar em 54 milhões, não fazer investimento e pagar a dívida! E quando instados numa reunião à frente a exemplificar no documento onde é que se cortam os 54 milhões ou seja o que fôr não deram um exemplo.

E agora digo-lhe o mesmo. É possível antecipar para 2019? É. Mas faz favor de dizer onde é que tiramos do investimento nomeadamente ou se deixamos de pagar o ordenado, ou alguma uma coisa a fornecedores, o que seja. Que valor tiramos? Valor X e pagamos a dívida antecipadamente com a dimensão suficiente para antecipar o baixar para 1.5. É possível? É. Interessa-nos? Claramente. Mas o Partido Socialista se acha que sim, faz favor de assumir isso com verdade para as pessoas saberem que o Partido Socialista acha que é mais importante antecipar a chegada do 1.5, com consequências fiscais que eu já disse quais eram, do que fazer mais uma Escola, mais um evento, pagar os ordenados em dia, etc. seja o que for não faço ideia o que é que vai na cabeça em relação àquilo que devia sair do quadro de investimento que nós temos aqui.

A nossa proposta é clara e cristalina. É nossa convicção que é aquela que interessa aos cidadãos e é por aqui que nós vamos.

E é por isso que quero agradecer aos Senhores Presidentes de Junta, aquilo que referenciaram. Somos de facto hoje um excelente exemplo de dimensão regional e nacional, na cooperação entre Câmara e Juntas de Freguesia. Seja na lealdade, seja no cumprimento, seja na dimensão financeira daquilo que estamos a fazer. Além de ser recorde no que fazemos dentro do nosso município. E obviamente os números estão aí é tudo público, fazem favor de comparar que é para saber que o que eu estou a dizer está de acordo com a verdade como está. Ou se há para ai alguma outra conta. É que às vezes há uma malta que faz assim umas contas estranhas. Esta é a verdade meridiana. Mas nós não fazemos isto para ser simpáticos. Nós fazemos isto porque achamos que tem a maior utilidade para a vida dos nossos cidadãos. Tem a maior utilidade para melhorarmos a qualidade de vida dos nossos cidadãos, para crescermos, para otimizarmos os recursos que estes dois patamares do Poder Local têm.

Espero que o Governo desista da miserável proposta de Decreto-lei sectorial das freguesias, no âmbito da descentralização, porque vai estragar a boa relação que maioritariamente no país existe entre as câmaras municipais e as juntas de freguesia. Quero também agradecer ao Filipe Thomaz a clareza. E esta questão muito importante,

sem este Orçamento, sem termos criado as condições que criámos, sem o PAM revisto, não era possível baixar o IMI. Não era possível reintroduzir o IMI familiar.

E se há dúvidas no que respeita à taxa do IMI, não há dúvidas por comparação com o que aconteceu este ano em relação ao IMI familiar. Não há dúvida nenhuma. Porque nós propusemos o ano passado e o Fundo disse não. E nós este ano se propuséssemos diriam, não.

Poderíamos baixar a taxa, sim. Se tivéssemos condição financeira para. Poderíamos reintroduzir o IMI familiar, não. Porque não íamos ser capazes de demonstrar o efeito direto socioeconómico, como não fomos capazes no ano passado e deram um chumbo. Porque é que é possível este ano? Por causa da revisão do programa. É isso que torna essa possibilidade possível, se não era impossível. Isto é muito importante que seja dito neste ponto, que seja repetido no ponto seguinte, que é para não se mentir.

Porque a gente que mente e que diz que isto é a Lei do Orçamento do Estado. Que é o Governo! Até ouvi dizer que era a Assembleia da República que nos mandou! Ninguém mandou coisíssima nenhuma. Isto é o resultado do nosso trabalho no quadro legal que o país tem, obviamente, mas que nós criámos as condições pela gestão, para que isto fosse possível. Porque se não, só pela lei que temos, não era possível.

Quero apenas terminar com uma nota de agradecimento ao Casimiro Calafate relativamente a esta questão das portagem e ao Manuel Prior. Estas são as ideias claras. Este debate, esta primeira parte do nosso debate ajudou a deixar claro que estas ideias claras são fortes e não têm crítica alguma. Vamos reduzir a carga fiscal. Reduzir a dívida. Antecipar a chegada ao 1.5. Aumentar de forma substancial o investimento. Não vimos aqui nada contra isto. E esta é a matriz base. Estes são os parâmetros chave da proposta de Plano e Orçamento que aqui estamos a discutir. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

"Senhor Presidente, só aqui abrir um parêntesis relativamente à sua resposta que o Senhor Presidente deu acerca do PAM. Afirmou e não é a primeira vez que o ouvimos dizer "nós temos de cumprir a lei do país". Senhor Presidente, gostaríamos que esta Câmara tivesse essa preocupação em todas as áreas, nomeadamente, no que diz respeito à área animal.

Relativamente à sua resposta à minha intervenção, dizer que a maioria das nossas propostas foram acolhidas é mesmo de um grande optimismo. Porque como sabe fizemos muitas dezenas de sugestões que não estão aqui. Repito, não estaríamos normalmente à espera que a sua maioria fosse aprovada, mas em áreas que consideramos estruturantes este documento não deu uma resposta que consideremos aceitável — e o Senhor Presidente penso que o sabe.

Voltando a referir o Glifosato, o Senhor Presidente afirmou nesta assembleia, numa data anterior, que a Câmara já não utilizava. Mas a SUMA continuou a utilizar nas ruas da cidade depois disso. E temos provas disso, pelo que esperamos que desta vez seja mesmo a sério. Senhor Presidente não nos custaria nada aprovar estas Grandes Opções do Plano e Orçamento se a realidade fosse diferente. Obrigada."

Vogal David Silva (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[028](#)

"Senhor Presidente, indo relativamente às portagens, quer dizer, nós já estamos habituados que as bancadas da direita tenham um estado de amnésia seletiva. Ouvimos aqui e devo louvar realmente a intervenção da bancada do PSD relativamente à redução

do IMI, afirmando que esta redução será um alívio nos orçamentos das famílias aveirenses. Muito bem. Foi também o que o PCP também disse. Lamentamos imenso é que essa sensibilidade de "cata-vento" não estivesse virada nesse sentido quando o vosso partido aprovou agravamento do IMI.

O mesmo se passou com as portagens nas antigas Scuts. Em Outubro de 2011 saiu o decreto que permite a cobrança das portagens nas antigas Scuts do Algarve, Beira Interior, Interior Norte, Beira Litoral e Beira Alta. Naquela altura o Governo era do PSD, e o primeiro-ministro Passos Coelho do PSD. E depois da birra com o vice-primeiro ministro Paulo Portas do CDS, com a bênção ainda do Presidente Cavaco Silva do PSD. Portanto convém recordar também que o PS, já tinha como proposta a introdução das portagens antes desta legislatura da direita. Só que não aplicou porque era um executivo em gestão.

E, portanto, convém sempre recordar estes momentos, porque realmente já estamos habituados a esses estados de amnésia seletiva."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[029](#)

"Bom, também é bom recordar a amnésia que as esquerdas têm sobre o estado de desgraça em que deixaram o país em 2011. A amnésia é muito grande e se não fossem as medidas do Governo PSD CDS, onde é que nós estaríamos hoje. Mas enfim.

Eu ainda sobre as portagens dizer o seguinte. Pedia ao Senhor Presidente que um dia tentássemos, porque falou-se de Scuts mas há aqui 3 troços de autoestradas que eu me lembro que não são portajados!? Um é na A28 zona Póvoa de Varzim/Vila do Conde, não é portajadas. É uma Scuts qual é o mistério ali para aqueles lados para eles não pagarem portagens? É muito semelhante ao nosso caso da circular externa Estádio/Mamoadeiro. Póvoa e Vila do Conde é um aglomerado urbano único e, portanto, configura mais uma vez a situação.

Mas eu depois lembro-me da A29 entre Feira e Gulpilhares. Terra sempre difícil dizer o nome, mas vemos lá a placa quando passamos. E ainda uma que é autoestrada, não é ex-Sucts, que é na A8 no troço entre as Caldas da Rainha/Bombarral.

E portanto há exceções. O que nós não percebemos é o que o motivou. Portanto quando houver oportunidade de nos esclarecer relativamente a estas exceções, nomeadamente ao caso das Scuts agradecia.

Quanto ao que aqui foi discutido. Eu confesso que estou baralhado. Temos um governo PS que no Governo não se importa que haja défice. Estão todos contentes que a proposta do Orçamento de Estado seja 0.2, portanto que haja défice. Quer dizer, continua a gastar-se mais do que aquilo que produzimos. "porreiro pá". Em Aveiro há que pagar o défice e não se investe? Temos o mesmo Partido com duas posturas diferentes?

Confesso que não percebo. Eu percebo que nos vão dizendo que a dívida está a cair. Vão-nos dando aquele numerozinho, aquela percentagem do valor da dívida em percentagem do PIB. Mas o valor real é raro dizer quanto é que é — e vai aumentando. Anda ali grosso modo nos 250 mil milhões de euros. E não diminuí-o nada, temos que pagar.

Não vamos para tudo de uma vez, vamos pagando, mas não se vê esforço nenhum para baixar a dívida.

Por outro lado há promessas, com gasto de dinheiro atirado fora, mas pronto, é bonito. Estamos em ano de eleições é a campanha eleitoral. Se calhar o PS o que queria era que a Câmara não investisse para daqui a dois anos nos vir acusar de não termos feito investimento nenhum e sermos incompetentes nesse sentido. Disse."

Vogal Fernando Nogueira (PS)[030](#)

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{03e1}

"Obrigado Senhor Presidente. Lembrando as palavras do meu Jorge Greno na última sessão da assembleia, de facto às vezes o ambiente crispa-se. Não sei exactamente de que lado é que se crispa, mas enfim, vamos andando.

Relativamente à questão do documento em apreço. Agradeço que o Senhor Presidente tenha confirmado que, de facto, o documento está elaborado sobre uma proposta de revisão do PAM que ainda não está aprovada.

Agradeço também que tenha referido que é possível sair mais cedo do programa de ajustamento, mas que não o faz por uma questão de opção política. Obviamente não concordando, é evidente que temos que aceitar.

Não acabei por perceber qual é o valor de liquidez previsto para o final do ano? Se é só aquele que está como "não definido" ou se será superior a esse. Não nos disse. "No mínimo esse" foi o que me respondeu.

E tinha mais algumas questões para colocar agora de forma mais detalhada, nomeadamente, aquelas que dizem respeito (e espero que confirmasse), obviamente para ver se li mal porque o curso que tirei pode ter-me enviesado a leitura.

Mas diga se os custos com pessoal aumentam para o ano e se sim, porquê?

Se a despesa com bens e serviços aumenta para o ano se sim, porquê?

Se o IMI, apesar da redução, aumenta para o ano se sim, porquê?

Se o pavilhão é mesmo municipal ou se vai ficar sob gestão municipal?

E, finalmente, gostaria de perguntar também se há algum investimento previsto para o Rossio? Porque não consegui encontrar, confesso que não consegui, encontrar no documento. E, portanto, gostaria de saber exactamente, porquê, como, quando, quem é que vai fazer o investimento para o Rossio?

Ah, depois também gostaria de lhe pedir desculpa de momento por o ter interrompido. Não foi com intenção. Estava eu apenas a corrigir uma palavra que usei e que, obviamente que foi em tom irónico, mas assim não o entendeu e mais uma vez resvalou para aquilo que não é propriamente necessário.

Já tive oportunidade de lhe dizer várias vezes que não há necessidade de ter esse tipo de abordagem — pelo menos com a minha pessoa. Não é que eu seja particularmente um vidrinho, enfim, eu podia responder-lhe na mesma moeda, mas como percebe não farei. E essa é uma diferença que nos separa, para além da preferência política.

Finalmente, deixe-me também reconhecer os encómios que foram dirigidos ao Governo pelo bom momento que o país atravessa, e foi aqui várias vezes dito que a conjuntura nacional é boa e que a conjuntura nacional permite e, portanto, é com agrado que registo essas menções. Não só da parte do executivo, mas também da parte de algumas pessoas da banca que o apoia. Obrigado."

Vogal Fernando Tomaz (PPD/PSD)⁰³²

Presidente da Mesa⁰³³

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰³⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁵

"Senhor Presidente muito obrigado. Obrigado por todos. David, aumentámos o IMI, quando fomos obrigados a aumentar o IMI. Tínhamos a Câmara desgovernada, sem dinheiro, sem capacidade de honrar compromissos de curto prazo e de médio longo prazo e ao abrigo da lei do país, tivemos que aumentar o IMI. Cumprimos a lei e usámos esse recurso para resolver problemas graves, que não são da Câmara em sentido estrito. São

dos cidadãos. A Câmara devia dinheiro a tudo quanto era gente. A empresas pequenas e grandes. A cidadãos que tinham entregue (porque não venderam porque não tinham recebido o dinheiro) terrenos à Câmara às carradas. Esse dinheiro foi fundamental para a vida de tanta gente.

Nós tínhamos em média 200 participações e a maior parte delas, indemnizações, por danos causados nas viaturas das pessoas, pelo miserável estado das estradas. Hoje temos duas ou três por ano. O dinheiro foi para aí. E como conseguimos governar bem a Câmara hoje podemos para o próximo ano reduzir o IMI. Este é o exercício que estamos a fazer.

Portanto, isto não há cá politiquice é a condição do país. Hoje o país está bem e a gente diz coisas do Governo. Diz Francisco. Você é que não tem a hombridade para dizer que tem uma boa herança do Governo anterior. Gosta de fazer "paredes" nas coisas. E a história não tem paredes. Este Governo tem mérito? Tem. Mas está a aproveitar e bem o mérito de Governo anterior. Vocês escondem sempre isto! E é isso que é triste e pobre na política. Nós sabemos que as coisas têm sempre um presente e tem sempre um passado. Bom, mau, bom e mau. Agora aquela diabrura, os socialistas agora também andam um bocado perturbados com as "marradas" a coisa está um bocado para o baralhado, mas enfim. É bom nós sermos rigorosos na abordagem das matérias.

E, portanto, o Governo da direita herdou um país falido. O Governo das esquerdas tem um país em crescimento, embora, batemos em 2018 o maior recorde de colecta de impostos de toda a democracia portuguesa. E a previsão do Orçamento de Estado para 2019 é que voltaremos a bater o recorde.

Portanto os portugueses estão a pagar mais impostos do que nunca pagaram. Apenas com uma estratégia bem urdida, porque não dói. É uma estratégia que não dói a todos.

O Francisco Picado fez aqui um conjunto de perguntas, que enfim, já sabe. Vamos aumentar os custos de pessoal? Sim. A verba está aí.

O IMI. O IMI foi aumentado porque tivemos que aumentar, agora temos condição de baixar, vamos baixar.

O Pavilhão que nós estamos aqui a projectar e vamos construir é para a Câmara gerir diretamente. É a Câmara que o quer gerir. Embora o seu uso é para ser partilhado por entidades pela nossa mão, nomeadamente para as nossas crianças dos jardins-de-infância e do 1º ciclo e pelas nossas Associações que queremos que seja nessa parceria, liderada pela Câmara, gerida pela Câmara, que nós queremos gerir o nosso o nosso pavilhão municipal no futuro. Sim, sim, está aí escrito em português claro. Estou aqui a ver, página 24. Não há uma rubrica específica. Está na rubrica do PEDUCA. Está aí tudo não falha nada. Apenas algumas das operações estão no texto, não estão na rubrica dos mapas — mas está no texto não há falha nenhuma. Não esquecermos de nada. Eu gosto sim. Acho que você é um político sério, procura fazer o seu trabalho com seriedade, pronto. Mas quando faz umas diabruras, eu procuro na dialética política, enfim, responder-lhe. Mas enfim, acho que você é político equilibrado. Às vezes baralha-se um bocado, mas enfim, procuramos aqui um patamar de relacionamento civilizado e ordeiro, na discussão política. Não temos dúvidas sobre isso. Mas perceberá que às vezes é um bocado chato estarmos a falar e sermos interrompidos, eu que o ouço sempre caladinho. Mas temos este assunto arrumado seguramente.

Casimiro Calafate o Governo desistiu de delegar a competência da gestão da Ria na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Lamentamo-lo profundamente. É um erro grave. E quando souberem a notícia do que é que vai acontecer à obra do desassoreamento vão perceber que é um erro não grave, mas muito grave.

Mas obviamente quem manda, manda. Quem manda pode. Quem pode manda e viva a pátria e viva a nação. A Ria e que não vai viver tão bem como se fosse dada a competência da sua gestão à CIRA. Disso não temos a menor das dúvidas. Mas como nas 'portagens', a luta continua. Porque aquilo que é uma boa razão nós vamos continuar a lutar por ela. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰³⁶ ponto 3 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2019, sendo os documentos aprovados por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD15+CDS6+PS2), zero abstenções, onze votos contra (PS7+BE2+PCP1+PAN1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Rita Batista (BE):⁰³⁷

"Senhor Presidente, faço da minha intervenção a minha declaração de voto."

Vogal Francisco Picado (PS):⁰³⁷

"O Partido Socialista vota contra as GOPs 2019, em primeiro lugar porque as mesmas se suportam num documento que ainda não está aprovado. Em segundo, porque tem uma rubrica demasiadamente elevada sem fins atribuídos ou consignados. E por fim, porque manifestamente espelham uma opção política que não é aquela que o Partido Socialista adotaria."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD):⁰³⁸

"O PSD votou favorável porque as GOPs cumprem o programa eleitoral que foi sufragado e que nos trouxe aqui. E também porque refaz algumas coisas em respeito ao passado de executivos anteriores. Ou seja, cumprimos no presente preparando o futuro e respeitando o passado."

Ponto 4 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2019.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/10/2018, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰³⁹ deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação dos documentos das GOPs.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁰

"Obrigado a todos. Este é um momento muito importante, daquilo que é uma decisão, que está objetivamente enquadrada no nosso Plano e Orçamento, como não podia deixar de ser. Mas está possibilitada, pela boa gestão que a Câmara tem tido. Pela capacidade de gerar recursos que nos permitem fazer esta redução de IMI nesta fase, sabendo que manteremos a colecta de IMI, em termos de valor previsível, acima daquele que é o valor que está no PAM atual em vigor. Portanto nós vamos perder Receita, mas em relação à colecta de 2018, teremos uma redução que está prevista de cerca de 1,5 milhões de euros. Mas em relação ao valor previsto para a Coleta de 2019 em relação ao valor previsto no PAM em

vigor, não. No PAM revisto esse valor é superior. Obviamente está justaposto com o PAM revisto como não podia deixar de ser.

Temos também condição de, por força da revisão do programa, não temos que estar a justificar a bondade socio-económica do IMI familiar, até porque o que fizemos em 2017 para a colecta de 2018 e não tivemos vencimento, a nossa proposta foi chumbada pelo fundo de apoio municipal.

Mas agora, no âmbito da revisão, conseguimos que ela tivesse vencimento. E, portanto, a proposta integra o IMI familiar. Não está nesta proposta mexermos naquilo que é o agravamento para os prédios devolutos.

Portanto mantemos o valor que temos vindo a usar de 10% de agravamento. Entendemos nós que 10% é um valor equilibrado em relação ao efeito sancionatório que o intervalo da lei a té 30% nos permite.

Queremos que funcione como um incentivo que queremos predominante para que as pessoas façam reabilitação e resolvam os problemas estruturais e não só, alguns de saúde pública e de segurança pública, que alguns imóveis degradados vão tendo.

Portanto a proposta tem estas três componentes. Redução da Taxa de 0.45% para 0.4%. Reintrodução do IMI familiar. Que irá pelos números que temos contemplar quase 7 mil famílias. E a manutenção dos 10% de agravamento para os imóveis que estão devolutos. Dando nota de que iniciámos neste ano de 2018 a aplicação desta medida.

Nós tínhamos um problema, lembrando, tínhamos um problema de cadastro. Não tínhamos cadastro feito desses edifícios. E dentro da área ARU, portanto isto só foi feito dentro da área ARU porque só aí é que temos o cadastro pronto. Fora nós não temos esse trabalho terminado. Mas dentro da área do ARU já começámos a aplicar este agravamento dos 10% o que ainda não tínhamos feito até aqui.

Portanto, esta é a nota que queria deixar e dando conta que, da colecta de IMI não vamos usar nenhuma verba para reforço de diques e motas.

Porque a referência que está no nosso Orçamento é que vamos acompanhar a obra de desassoreamento que, neste momento, têm como entidade titular a Polis Ria de Aveiro — que não vai ser a entidade titular da obra. Mas isso é feito pelo financiamento do POSEUR e pelas verbas do Orçamento do Estado que foram transferidas para a empresa, no tempo do Ministro do Ambiente Nunes Correia e do Primeiro-Ministro José Sócrates.

Portanto é essa a equação financeira. Portanto, não há nenhuma parte do nosso IMI que vá para diques e motas. Mas há muitos diques e motas Ria fora, mas são alguns no nosso município que vão receber essa benfeitoria.

Portanto é uma proposta que nós trazemos à Assembleia com muita alegria. Marca esta capacidade que temos tido chegar até aqui. Atingimos um patamar que entendemos que é um bom patamar para que o município tenha assente o seu IMI durante algum tempo. Neste quadro de condições, sempre é bom lembrar. As decisões políticas e de gestão têm a ver com o quadro de condições que temos em mãos. Obviamente que esta receita é muito importante no nosso Orçamento. Ela é um contribuinte relevante para os 2 grandes objetivos que temos para a gestão financeira da nossa Câmara. De consolidar a nossa recuperação financeira. Manter o rigoroso cumprimento de todas as nossas obrigações de pagamento de bens e serviços que vamos comprando e que vão sendo cada vez mais. E, obviamente, conseguirmos aumentar o nosso investimento em várias áreas, em todas as áreas da atividade municipal.

E, portanto, estarei ao dispor para qualquer questão, embora, repetindo, temos o maior gosto de fazer esta proposta à Assembleia Municipal. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴²

"Obrigado senhor Presidente. Antes de mais gostaria de solicitar que todas as minhas intervenções de hoje ficassem registadas em acta. Relativamente à questão do IMI o PAN considera que esta descida é de facto positiva, mas consideramos que a mesma ainda é insuficiente, continuando Aveiro no grupo dos municípios com taxa de IMI mais elevada do país.

Segundo a Câmara Municipal de Aveiro, existiu a necessidade de reduzir esta taxa por razões de sustentabilidade social e também porque a câmara demonstrou capacidade financeira para o fazer. Consideramos que esta descida de IMI, incluindo o que se refere ao IMI familiar, fica aquém das reais possibilidades e das reais necessidades dos municípios aveirenses, que se encontram sobrecarregados de impostos. Custa-nos perceber por que é que Câmara Municipal entende a redução de 20 euros no IMI familiar para uma família com um filho, de 40 euros para uma família com 2 filhos e de 70 euros para uma família com 3 filhos ou mais. Com um aumento tão grande de nível de vida, de tal modo que conforme vem referido no documento disponibilizado sirva de incentivo à natalidade dos agregados familiares do município e como atrativo de novos agregados familiares que cá se venham fixar.

Na realidade e abrindo aqui um parenteses, se formos pensar numa família que tem um recém-nascido, 20 euros não chega para comprar fraldas para metade do mês.

Pensamos que a Câmara poderia ter sido muito mais ambiciosa em termos de sustentabilidade social. Disse."

Vogal David Silva (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

"Obrigado Senhor Presidente. O PCP assinala favoravelmente a redução do IMI sobre os cidadãos aveirenses, contudo é insuficiente uma vez que esta taxa, uma das maiores praticadas entre as autarquias do país, foi um bom exemplo da penalização dos contribuintes aveirenses, em resultado da má gestão autárquica e das políticas desastrosas praticadas pelos sucessivos executivos desde o PS até ao PSD/CDS e da dívida do município que foi criada pelos mesmos.

Relativamente ao IMI familiar, na altura, o próprio Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, considerou o mesmo uma perversidade da política fiscal.

Esta foi a expressão utilizada, dado que pretende criar um benefício para as famílias num imposto que incide sobre o património.

Esta expressão que citei deixa bem claro que caso se pretenda melhorar a situação das famílias, tal deverá ser feito pela reposição e conquista direitos, de estímulos, e medidas vocacionadas para a natalidade. Redução das despesas na educação, na saúde, maior segurança e proteção no emprego, maternidade e parentalidade, etc.

Com isto o PCP quer dizer e uma vez mais alertar que o IMI familiar surge como profundamente injusto, ao facultar políticas sociais igualitárias, a realidades familiares que serão em muitos casos profundamente diferenciadas. Diria mesmo, dispares.

Isto é, neste benefício fiscal entra como critério apenas o número de filhos sem correlacionar com outros fatores, nomeadamente o rendimento das famílias, situação laboral, idade, etc.

É neste aspeto que o PCP sempre alertou para esta injustiça desde a criação do IMI familiar.

É que, de acordo com este IMI a injustiça não é travada como ainda é amplificada, na medida que se aplica do mesmo modo e repito, do mesmo modo, a qualquer família com

um ou mais filhos. Benefícios iguais, quer seja a família do desempregado ou trabalhador precário e mal pago, sem qualquer direito, quer a família do banqueiro, latifundiário, grande empresa. Então pergunto e os casais jovens, por exemplo, muitas vezes ambos precários ou desempregados? É óbvio que o PCP votará a favor da redução do IMI e deste benefício fiscal, não obstante queremos deixar esta reflexão sobre a injustiça deste benefício fiscal, embora muitas vezes publicitado como igualitário. Disse."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁴

"Senhor Presidente, começo a minha intervenção por dizer que o Bloco de Esquerda votará favoravelmente a taxa de IMI. Para deixar claro que acompanhamos esta medida que, pela primeira vez, rompe com a política que o Governo PSD/CDS aplicou ao país, neste caso concreto, a obrigar em Câmaras como Aveiro a aplicar a taxa máxima. Mas também por romper com a política do próprio executivo de Ribau Esteves, que sem ser obrigada tal, decidiu aumentar o IMI para o valor máximo nos primeiros anos como Presidente da Autarquia.

A Câmara. Estando no PAM, pode agora decidir descer o IMI da taxa máxima para uma à sua escolha. Propõe 0,4% devido a uma proposta aprovada no Orçamento de Estado para 2018. Acontece que no Parlamento PSD e o CDS abstiveram-se nessa mesma proposta e que a mesma foi aprovada com o voto favorável das restantes bancadas.

O Bloco vota favoravelmente a proposta por abrir esse novo caminho e por se tratar de uma efetiva descida do imposto. Apontamos ainda assim, que a taxa é bastante superior ao que era antes de Ribau Esteves assumir o executivo na Câmara de Aveiro.

E que o voto favorável do Bloco é por esses dois critérios e pelo impacto que poderia ser maior (é verdade) na vida de muitos aveirenses. Mas que isso também significa que para continuar esse caminho é necessário uma nova descida.

Quando para o ano aqui estivermos a discutir o IMI, não vá o Senhor Presidente contar com o voto favorável do Bloco de Esquerda se esta tendência não continuar a ser no sentido de diminuir a taxa do IMI.

Quanto o IMI familiar que começou como uma proposta da direita, em que o desconto era em percentagem, e em que um filho de uma pessoa rica valia mais que um filho de uma pessoa mais pobre, o Bloco de Esquerda foi contra.

Por proposta do Bloco o IMI familiar passou a ter um desconto igual e fixo por filho, independentemente do valor da habitação.

Quanto à majoração consideramos positiva a majoração de 10%. mas fazemos a mesma nota de há um ano. Há prédios urbanos muito degradados em Aveiro que constituem um perigo para quem passa. Já não é a primeira vez que tomamos nota de prédios que começam a ruir, pondo em risco a vida das pessoas de quem passa. E, portanto, parecem-nos um pouco inexplicável como é que não se usa a majoração de 30 por cento para prédios onde essa degradação é visível e que pode mesmo constituir o risco para a vida de qualquer transeunte.

Não é uma questão só como diz o senhor presidente de incentivo à reabilitação no qual também nos revemos, mas tem que haver uma distinção entre incentivo à reabilitação e incúria. E quando se deixam prédios a ruir ao ponto de pôr em risco a vida de quem passa, que é uma situação não prevista, tem que haver essa majoração porque existe precisamente para acautelar quem pensa que a incúria é aceitável no município de Aveiro. E portanto achamos que essa majoração de 30 por cento devia estar incluída nesta proposta de IMI.

Sabemos que esta majoração a ser aplicada, não é conhecido o seu verdadeiro impacto. Não sabemos quanto é que a câmara arrecada com essa majoração. Temos perguntado em

diversas reuniões aqui na Assembleia Municipal quantos prédios e que foram majorados por este mecanismo, qual a verba cobrada, sem nunca termos tido uma resposta.

E, portanto, voltamos a fazer a essa pergunta. Pelo que está escrito na comunicação da Câmara sobre o IMI, deduz-se pelo que está escrito que são 325 prédios identificados como degradados e que estarão a dentro dessa majoração de 10 por cento.

Mas há mais prédios identificados como degradados? Se sim, porque é que uns recebem a majoração e outros não? E se este é o valor total do número total de prédios degradados no concelho.

Bem, simplesmente reiterar que devia haver, de facto, uma majoração de 30 por cento, precisamente não como o incentivo à reabilitação, mas como penalização. Para dizer uma mensagem clara deste executivo de dizer que a incúria não passa incólume na ação da Câmara. E, portanto, devia haver essa majoração em prédios onde haja um risco iminente de ruir. Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁴⁵

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰⁴⁶

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁴⁷

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁴⁸

Vogal Fernandes Tomaz (PPD/PSD)⁰⁴⁹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁰

"Nesta bancada só podemos estar a favor e votar favoravelmente a proposta de descida do IMI, porque é uma promessa, um compromisso desta maioria e do executivo. E porque ele é favorável aos aveirenses.

Por outro lado, também saudamos a reintrodução do IMI familiar, por força da revisão extraordinária do PAN.

Por outro lado, não podemos deixar de registar, em meu entender, outros que tanto falaram na descida do IMI, agora por cenários políticos não entendíveis por esta bancada, estiveram, estão contra, e votaram contra, a descida do valor a taxar em sede de IMI!

De referir que esta descida de carga fiscal só é possível pela boa gestão financeira levada a cabo pelo executivo. Esta descida da carga fiscal aprovada em sede de Câmara pelos votos do PSD e do CDS, não obsta a que este executivo cumpra os compromissos do passado, cumpra os compromissos do presente e permita um forte investimento que Aveiro bem precisa."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵²

"Á Marta Dutra, só queria dizer que esta é uma decisão da lei. Objectivamente quem tinha mais rendimentos tinha mais vantagem em ter filhos em valor absoluto final de apoio. E agora, por proposta do Bloco a Assembleia da República mudou essa percentagem, fixando um valor por filho. Mas se acham que é pouco façam favor de dizer lá ao deputado André para convencer a maioria de esquerda da qual faz parte quase sempre, para aumentar mais um dinheirinho, porque nós só temos de cumprir a lei.

Estes valores não são decisão nossa. Estes valores são decisão da Assembleia da República.

Aquilo que o David Silva, eu concordo. Não devia ser por aqui que se fizesse, que se devia fazer este apoio à família. Devia ser através de incentivo à natalidade, obviamente. Mas a verdade é que também pode ser por aqui. Enfim, não é seguramente com este tipo de valores que se faz apoio. Os apoios são feitos por um somatório de valores e o Estado tem vários mecanismos, muitos mecanismos. Se deviam ser mais eu acho que sim. Uma das

lógica racionais, independentemente de concordarmos ou não com isto, é aquela lógica de que uma família monoparental precisa só de um T0 ou T1 e a família com um filho precisa de um T2. Isso quer dizer que se eu preciso para viver, para habitar, a minha família tem mais gente, preciso de uma habitação maior, ela por regra linear (sabemos que a regra não é absoluta) paga mais IMI. Este é o racional que o legislador inventou ou utilizou para fazer esta colocação da dimensão da família na lógica do IMI.

Portanto, é discutível, com certeza. É aqui que está o apoio social à família, claro que não. Mas é por aqui que se dá um contributo? É, objectivamente pequenino, mas olhem todos os outros que eu conheço são todos pequeninos. Não conheço nenhum grande, nos abonos de família, nos apoios da Educação, nas deduções do IRS, são todos pequeninos. Em Portugal eu não conheço nenhum incentivo à família que tenha expressiva dimensão financeira. Se os somarmos a todos, ok. Já é alguma coisa, enfim. Embora na minha sempre opinião, de que o problema grave da natalidade em Portugal não é uma questão financeira, é uma questão cultural. E, portanto, é bom ter incentivos fiscais? É bom. Mas na minha opinião não é por aí que nós vamos resolver o problema. É uma questão de cultura, é uma questão de geração e, portanto, é uma abordagem diferente que eu obviamente não vou fazer aqui.

E gosto sempre de lembrar que é importante mexer noutros impostos para ajudar os cidadãos.

Em Portugal pagam-se 54 mil milhões de euros de impostos. De IMI pagam-se 1.500 milhões.

Os portugueses, o país todo, paga-se tanto de IMI em Portugal como se paga de imposto sobre o tabaco 1.500 milhões.

Portanto, o problema da carga fiscal nos aveirenses, nos portugueses, não é o IMI nem de Aveiro nem de lado nenhum. É a brutal carga que continuamos a ter com este Governo das Esquerdas, no IMI, no IRS, no Imposto Petrolíferos.

E mais. Só 40% dos cidadãos eleitores é que pagam IMI. Há 60% que não pagam. E esses têm tido redução porque o nosso tarifário de água tem estado quieto. A taxa de resíduos tem diminuído. Pronto, não pagam IMI. Agora é bom relativizar.

Mas a verdade é que quem podia descer o IVA, não desceu o IVA. Ok. Está descido para a malta que quer ir a um espectáculo de dança! É importante? Eu acho que é. Sim.

Mas eu gostava de ver reduções na taxa do IVA nas refeições escolares. Acho muito mais importante reduzir-se o IVA das refeições escolares do que nos espetáculos de dança ou nos concertos.

Acho muito mais importante o reduzir-se o IVA na iluminação pública, que é fundamental para a segurança dos cidadãos. Mas o Governo atual e a maioria das esquerdas acha que não!?! Está bem assim. Para a dança é que vamos lá por só 6% apar ver se a malta dança mais. O que é bom para a felicidade da rapaziada. Dançar é importante.

Mas olhem, eu acho que as refeições escolares das nossas crianças é o bem mais importante. E a segurança dos cidadãos onde tem um contributo importante a iluminação pública é também mais importante do que a dança. Mas a maioria das esquerdas não quer fazer isto.

Estamos a referenciar 1.500 milhões de um bolo que em Portugal vale 54 mil milhões.

A Rita Batista referenciou. É um momento importante para mim como presidente de câmara, para nós, ter o apoio do Bloco de Esquerda.

Não é que a gente preciso dele. Porque vivemos felizes quando Bloco é contra tudo. Mas é um encanto. É bonito. E, portanto, registo com agrado político.

Embora não estamos a romper com a nossa política Rita. Não esteja a ai a dar um nó cego, porque eu sei que fica difícil dizer que apoia uma medida nossa, nomeadamente esta que é tão expressiva politicamente. E que não é ela não é nada de per si. Ela é um fruto de

uma consequência de uma política que tem 5 anos. Ela não nasceu de geração espontânea. Não, ela é um fruto de um processo que tem 5 anos de trabalho. Mas não estamos a romper com nada da nossa política.

Nós tivemos que aumentar, no quadro da recuperação da Câmara, de cumprimento da lei. Nós conseguimos reduzir, no quadro da recuperação da Câmara, de cumprimento da lei. Não rompemos com nada. Gerimos com a competência daquilo que vamos conseguindo gerar e cumprindo o quadro legal que o país tem.

Depois colocou aqui algumas questões. Repito o que disse há pouco. Este é o primeiro ano nós vamos ter os números para responder o Bloco de Esquerda. No fim do ano nós vamos poder dizer que se fez a majoração a X casas, que a colecta foi Y. Nós vamos ter toda essa informação no final do ano de 2018. Disse isso à bocado, mas agora clarificar ainda mais. A maior pressão que nós temos sobre uma casa degradada que põe em risco os cidadãos não é o IMI! É a pressão que existe, que é formal, para a actuação para a demolir ou para emparedar ou para reabilitar. Porque, obviamente, qualquer operação dessas é muito mais onerosa do que agravar o IMI, mesmo que fosse feito nos 30% Rita.

E dar-lhe nota que, da interpretação que eu faço da lei, embora por aquilo que disse, vou ver melhor, mas não é possível fazer aplicação diferenciada por tipologia de nível de degradação.

Aqui a este que está pouco degradado leva 10, aquele que está muito leva 30. Eu acho que não é. É possível por zonas. Por zonas é. Mas devo dizer que o que lhe acabei de dizer não tenho uma segurança de 100 por cento.

E, portanto, já tomei nota, para ir clarificar o que referenciou. Mas o ónus à séria que nós queremos é que o cidadão, enfim, que não quer saber, é o ónus da pressão para atuar.

E muitas vezes deparamos com a situação que Greno disse. Disse, tem que atuar, tem que atuar. Mas fazer a identificação do proprietário às vezes é um trinta e um. Temos um caso grave em Eixo em que o proprietário se diz na Holanda e, finalmente, estamos a conseguir a posse administrativa para irmos lá nós e acabou-se a conversa por mais que o custo não o vamos conseguir reembolsar. Mas a verdade é que é muitas vezes, e quando nós chegámos a essa dimensão, e estamos a falar de uma demolição simples, mas hoje facilmente custa 5 mil euros 10 mil euros 15 mil euros facilmente.

E, obviamente, quantas vezes deparamo-nos com a incapacidade de pessoas que são proprietários e têm lá um grande palacete, que já foi um grande casarão, e que hoje é um grande casarão no tamanho mas arruinou-se e as pessoas muitas vezes são proprietárias e não tem condição para fazer isso. É aí que nós deparamo-nos com este tipo de circunstância.

O Jorge Gonçalves falou, porque é que não reduz para 0.38 ou 0.30!? Com todo o respeito pelos meus colegas que fazem isso, dizer em português claro, que entendo essa medida como ridícula.

Como Presidente da Câmara no passado e assim será neste meu mandato que tem mais 3 anos, nunca me verá a propor semelhante coisa de reduzir uma centésima mais. É já temos Câmaras a fazer este debate à milésima da taxa. O debate e a fixação, se forem ver a estatística, ela é publicada regularmente na comunicação social, já há Câmaras a fixar até à milésima. Mas agora parem lá um bocadinho logo à noite antes de deitarem ou amanhã na alvorada. O que é uma centésima no valor absoluto do IMI? Mesmo naqueles que pagam muito estamos a falar de unidades de euro. Isso é ridículo Jorge. Eu sei que isso está muito na moda. Chega lá o Presidente da Câmara com o 0.4 e a oposição diz, pois 0.38, o presidente da câmara aflito na discussão pública por causa da notícia do jornal do dia a seguir, fecham acordo 0.39. Bem. Eu digo sempre aos cidadãos, façam a conta e vejam o quanto mal tratado foi o cidadão naquele debate. Porque o que está em causa é ridículo. Nunca a mim me verão propor alterações de taxas de IMI com intervalos

que não sejam como este. É para nós a dimensão mínima o tal 0.05. Porque facto é um atentado à inteligência do cidadão. Parangona de jornal, Câmara reduz 0.40 para 0.38!? É pena, porque se os jornalistas pudessem informar de um cidadão que paga 500 euros de IMI, vai pagar 475 euros de IMI. Vocês nunca terão aqui propostas ridículas nossas, com todo o respeito. Mas esta é a nossa atitude.

O Partido Socialista não propôs nada além do mais. Mas, enfim. Soube hoje que tinham simpatia por 0.38 ou 0.39. Enfim, sempre a fugir daquela grande questão que é, onde é que se reduz, onde é que se reduz ao investimento quando perdemos de receita.

A outra questão para clarificar, para não haver estas adulterações que você gosta muito de fazer. Quando eu falei no aumento da Receita é em relação ao valor que está no PAM em vigor.

Vamos ter redução da receita na colecta do IMI de 2019, face à colecta do IMI de 2018.

A colecta do IMI de 2019, obviamente, vai ser igual à que está prevista no orçamento que aprovámos há pouco. É igual. Igualzinha ao número que está no PAM revisto, que é substancialmente superior ao PAM em vigor. É esta a relação de valor e não outra relação de valor que se pode depreender da sua afirmação.

Nós não andamos em concurso com nenhuma outra Câmara Municipal. Com nenhuma. Com nenhuma em termos nem de nada. Nós temos o município para recuperar, temos um município para recuperar financeiramente, para o fortalecer em termos de credibilidade, para o pôr a investir. Nós não andamos em concursos com ninguém. Nem em taxas de IMI nem em nada. Há municípios, vários, algumas dezenas, poucas, que têm um IMI mais alto que o nosso e vão continuar a tê-lo. A maioria dos municípios têm menos IMI, é verdade. É uma análise comparativa absolutamente legítima, mas nós não estamos nesse concurso. Nós estamos a trabalhar pelo município de Aveiro, a recuperar este município, a torná-lo mais forte, a dar mais qualidade de vida aos cidadãos. É isso que estamos a fazer. Não estamos em concurso com nenhum outro dos 307 municípios do nosso país.

O PS vai zelar pelos cidadãos na votação! Não foi isso que vimos na câmara. Mas, enfim, como nas touradas poderá haver diferenças de opinião entre o órgão executivo e o deliberativo.

Apenas eu saudaria, porque a proposta que está aqui nós vimos propor à Assembleia que aprove. Não vimos propor que votem contra. Vimos propor que votem a favor como é lógico, mas se votarem a favor nós ficamos mais satisfeitos do que se votarem contra. Embora como temos uma maioria sólida não é exactamente relevante, nem para a nossa autoestima, nem para a felicidade dos nossos cidadãos, porque eles contam com o nosso trabalho e sabem sempre que tudo o que fazemos todos os dias é para zelar pelos seus interesses.

Que a reputação desta Câmara por pagar a dívida, tapar os buracos das estradas, etc, etc, etc, é para os cidadãos que o fazemos. Não é uma votação para o ego, não. Nós trabalhamos todos os dias no nosso exercício de compromisso e que foi aquilo que o nosso colega Manuel Prior disse.

Cumprimos um compromisso. No nosso processo de candidatura, colocámos um compromisso de colocar o IMI em 0.4 e estamos a cumprir. E vamos cumprir porque somos homens de compromissos. Homens e Mulheres com h grande e cumprimos.

Agora temos que ter nota que nem tudo é felicidade. Como diz o Presidente Fernando Marques. Mas pronto, as nossas Juntas de Freguesia também partilham a felicidade da ligeira infelicidade que temos de termos uma ligeira reduçõzita na Receita do IMI.

Mas estamos todos felizes. Nós também, por termos essa nota, porque no cômputo geral do balanço é um balanço é muito positivo. E, por isso, com muita alegria trazemos esta proposta para que a Assembleia a possa aprovar. Muito Obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁵⁴

Vogal António Neto (BE)⁰⁵⁵

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁵⁶

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁵⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁹

"Rita, nós temos a nossa proposta feita. Nós achamos que é equilibrado agravar por um lado, mas como temos benefícios fiscais por outro. Mas não deixa de ter razão, os 30% seriam mais justos em certas situações em que a situação é mais grave. Mas entendemos que os 10% fazem melhor esse equilíbrio.

A lógica da nossa avenida Lourenço Peixinho, enfim, tem tido algumas operações de investimento, mas eu posso demonstrar que temos uma dúzia de operações à espera da revisão do PDM para investir.

Nós estamos com dinâmicas positivas, há interesse no mercado em investir, apenas a nossa avenida padece de problemas de instrumentos de planeamento e que estamos a rever o PDM, para que possamos ter esse exercício, que é o exercício que queremos e que estamos obrigados pelos fundos comunitários. Nós só podemos investir verbas do PEDU em território onde existiu nos últimos 5 anos investimento privado ou existirá nos próximos 5, se não perdemos o dinheiro.

Agora, nós temos a certeza absoluta que o que estamos a fazer, onde e onde o estamos a fazer, induz investimento privado e além do mais já não está só nas formalidades da Câmara no licenciamento, também está aos olhos dos cidadãos que estão atentos.

Francisco Picado. Enfim, de vez em quando temos de ir ao passado. O Presidente Élio o que fez quando reduziu os impostos foi um erro. Foi um erro. Mais nada. Assim como o Presidente Alberto Souto, o que fez, gerindo a Câmara como o dinheiro não fosse dinheiro, foi um erro.

E não me peça a mim afinidades partidárias porque não venho aqui para tratar de afinidades partidárias. Eu fui eleito pelos cidadãos Aveiro, com uma maioria partidária, que é coerente, que é séria, e que verificou que o caminho que estava a seguir estava errado e como gente que além de séria e inteligente mudou de caminho.

E a minha obrigação, liderando esta coligação, como líder com todo o gosto, é fazer o que estamos a fazer. Recuperar a Câmara na condição financeira, na credibilidade institucional, na capacidade de investir, para aumentar a qualidade de vida e a atratividade do território. Para turistas, para estudantes, para investidores, para tudo.

É isto que estamos a fazer. Não estamos aqui amarrados a nenhuma coisa que o Partido no passado fez ou que o diretório nacional nos mandou fazer! Somos cidadãos livres. E herdamos a Câmara de Aveiro, como herdámos no dia 23 de Outubro de 2013, mais nada. E como gente sensata e séria encetou uma operação que, só quem não quer ver, só quem põe a sua própria mão à frente dos seus próprios olhos é que não vê que esta a dar resultado.

O Presidente Élio errou, gravemente, como o Presidente Alberto Souto errou gravemente. Como um e outro fizeram coisas boas para o nosso município, pronto. Agora, eu, como seu sucessor, deles, tive que rasgar, tive que fazer diferente.

Eu hoje vou perder o meu tempo a destilar contra o estádio? Que quando se começou a pensar custava 8 milhões, quando se adjudicou custava 32, e quando se acabou de pagar custou 64!? Não.

Temos que investir nele. Mudar o relvado, como já mudamos este ano. Mudar as correias que suportavam as colunas de som que estavam a partir. Investir como está no plano e

orçamento um milhão e meio para tratar das maleitas das placas estão a cair todas — e que os meus dois antecessores não leram bem o relatório técnico que já o dizia. Foi pena. Portanto é isto que estamos aqui a fazer.

Depois, eu não disse que o Governo devia acabar com o FAM Francisco. Eu disse que o Governo atual, a maioria atual disse que ia acabar com o FAM e que o ia substituir por um novo instrumento. Foi isso que eu disse e foi isso que o Governo disse.

Mais. Colocaram-no na lei do orçamento de estado de 2017 e hoje está na Lei das Finanças Locais, publicada no dia 16 de Agosto. Está lá escrito. Mas onde está o regime alternativo ao FAM? Não está! Não há nem esboço quanto mais regime. Pronto é só isto que eu disse Francisco. Não disse mais nada e não vale a pena estarmos a adular as palavras, um e outro.

O Partido Socialista tem um problema existencial. O Partido Socialista votou contra, é o que é. Agora pergunta-me qual é para tentar criar aqui um clima. Votou contra esta redução, é o que é. O Bloco de Esquerda e o Partido Comunista e o PAN anunciaram aqui que votam a favor, embora achem que devia descer mais. Parece-me politicamente inteligente. O Partido Socialista que em termos de inteligência política e de bom senso deixa muito a desejar, em muitas matérias — este que nós temos aqui em Aveiro, fez um disparate político! Votou contra. Fez um disparate político. É da vida, acontece.

E é minha convicção que não foi o último. Não foi o primeiro, longe disso, e não vai ser o último. E agora está aflito. E chega aqui com uma conversa já está passada. O Jorge traz aqui uma ideia que não passou aos Vereadores. É pá proponham lá uma reduçãozinha para 0.38 ou 0.39. Só que não sabe que a Assembleia Municipal aqui não tem essa possibilidade! Aqui ou vota a favor ou vota contra. Mas os Vereadores na Câmara têm essa possibilidade. Mas aqui não.

Os Senhores Vereadores na Câmara tem a possibilidade de dizer, ó senhor presidente, desculpe lá, o Senhor propõe 0.40 mas nós temos aqui uma proposta de 0.39. Têm essa possibilidade. E eu tenho a possibilidade de alterar as minhas propostas. Têm essa possibilidade. Vocês aqui não têm essa possibilidade. Aqui ou sim ou não. Pronto, mantém-se o mistério até à votação. Votem como votarem nós vamos continuar a governar bem este município. Nós vamos continuar a consolidar a recuperação financeira.

Aveiro vai deixar de ser conhecido pela Câmara péssima, que não paga, que anda 10 anos, 20 anos 30 anos sem pagar aos seus cidadãos que lhe deram terrenos. Acabou. Hoje somos uma Câmara respeitada, com qualidade, com competência, bem gerida, recordista da captação de fundos comunitários para investimento. É este o caminho feito e é este o caminho que vamos continuar a percorrer. Votem como votar nós temos muito gosto em se prosseguir este caminho, mantendo o equilíbrio que os cidadãos disseram sim. A eleição, o resultado, foi só há um ano. E há um ano, nas eleições, o IMI estava a 0.5 E os cidadãos disseram sim porque perceberam. Perceberam que o que estávamos a fazer era o que devia ser feito para resolver o problema que não era do Presidente da Câmara. O problema é de toda a gente.

Portanto estamos muito satisfeitos com este caminho. Muito satisfeitos com este debate porque na substancia e na forma confirmou que estamos no bom caminho. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁶⁰ ponto 4 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2019, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor (PSD15+CDS6+PS2+BE2+PCP1), oito abstenções (PS7+PAN1) e zero votos contra.

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Rita Batista (BE):⁰⁶¹

"Senhor Presidente o Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta Taxa de IMI, numa perspectiva de rompimento com uma política de impostos no máximo e tendo em consideração que isto representa uma tendência descendente na aplicação desta taxa nos anos vindouros. Dizendo isto, não há um vínculo do Bloco de Esquerda de voto favorável se não se verificar esta tendência descendente na taxa do IMI."

Vogal David Silva (PCP):⁰⁶²

"Eu gostaria de incluir a minha intervenção inicial como declaração de voto e acrescentar que o PCP estará atento nos próximos anos à evolução relativamente a esta taxa de IMI. Obrigado."

Vogal Francisco Picado (PS):⁰⁶³

"O Partido Socialista absteve-se neste ponto por considerar que a descida de IMI embora favorável possa ir mais além daquilo que foi. Tal como uma carta enviada ao Senhor Presidente da Câmara datada de 4 de outubro de 2018, onde propúnhamos a descida do IMI para 0.38 em 2018 e 2019 e 0.36 para 2020."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD):⁰⁶⁴

"Apenas para dizer que o PSD considera que, não aparecendo estas coisas por geração espontânea, a descida do IMI que hoje foi aqui aprovada, é um reconhecimento de um trabalho que está a ser bem feito em termos da gestão financeira na Câmara Municipal de Aveiro."

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁶⁶ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a segunda reunião da Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, informando que os trabalhos da sessão, nos termos regimentais, continuam no dia 23NOV18 (sexta-feira).

Eram 00:15 horas do dia 17 de Novembro de 2018.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)